

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS

-----Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do 1.º Secretário, Senhor Fernando Manuel Duarte dos Santos, coadjuvado pela Dra. Ana Maria Serrazina da Fonseca e Silva e pelo Eng.º Marco Filipe Firmo Caetano, respectivamente Primeira Secretária e Segundo Secretário, em substituição. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Senhor José António Arruda Lopes, PS -----

-----Dr. Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

-----Dr. Rogério Mendes Coito, CDU -----

-----Dr. Pedro Miguel Reis (em substituição), PSD-----

-----Dr. José Manuel da Ponte A. Onofre, PSD -----

-----Senhor José Roque Gameiro dos Santos, PS -----

-----Senhor Délio Modesto Pereira, CDU -----

-----Eng.ª Maria Luísa de Freitas Pato A. Dias, PSD -----

-----Senhor António José Amendoeira B. Pego, PS-----

-----Senhor José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

-----Senhor Francisco Manuel Miguel Colaço, BE -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Eng. Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD -----
-----Senhor Elias José Fernandes B. Rodrigues, PS-----
-----Senhor João Paulo Ribeiro Almas, PS-----
-----Senhor Jorge Manuel C. Rosa (em substituição)-----
-----Senhor Manuel Luís Salgueiro, PS-----
-----Senhora Anabela Carona Damião Rodrigues, PS -----
-----Senhor Rogério Luís Dias Santos, PS -----
-----Senhor Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
-----Senhor Joaquim Edgar Carreira Oliveira, PS-----
-----Senhor Fernando de Jesus Ramos, PS -----
-----Senhor Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----
-----Foi admitida a substituição de Hélia Maria Duarte Baptista (PSD) por
Pedro Reis e de Maria Emília Soares (CDU) por Jorge Manuel C. Rosa. -----
-----Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes
da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-
Presidente e o Senhor Vereador Eng.º Francisco Casimiro, a Senhora Vereadora Dra.
Rute Ouro e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

FALTAS: Faltaram à sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José
Góis S. Nascimento e os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Senhor Câncio Paulo Alenquer Ribeiro, PS;-----
-----Dr. Fernando Manuel da Silva Amorim, PS; -----
-----Senhor João António Salgueiro Soares, PS -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa em
substituição, deu início à sessão quando eram dezassete horas -----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: A acta da sessão anterior,
realizada a vinte e dois de Fevereiro de dois mil e seis, que havia sido previamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

distribuída, foi submetida à consideração da Assembleia e, sob proposta do Presidente, colocada à votação. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Começou a sua intervenção referindo que existiam algumas partes das intervenções dos Senhores Deputados que estavam em *itálico*, pelo que, gostava de saber de quem era o critério de colocar essas partes em *itálico*. -----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Sobre este assunto referiu que a acta, da forma como estava a ser elaborada, permitia que os Senhores Deputados, através dos líderes parlamentares, tivessem conhecimento prévio da mesma, o que na sua opinião era uma mais-valia para a Assembleia Municipal, porque no dia da sessão já podiam aprovar a acta com as sugestões de todos e, neste sentido, congratulou-se com aquela situação pois, dava mais visibilidade à acta.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Dirigindo-se ao Primeiro Secretário e Presidente em exercício, disse que aquele podia ter a sua opinião, o que era legítimo, mas não tinha dado autorização a ninguém para colocar parte das suas intervenções em *itálico* porque, no seu entendimento, o *itálico* implicava dar realce às intervenções, pelo que, não percebia o porquê daquele realce e responsabilizava a mesa por a acta estar manietada na sua forma sem que fosse dada qualquer explicação oficial para o uso abusivo de realces de intervenções dos Deputados Municipais. -----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Questionou se existiam mais intervenções sobre a acta e de seguida, colocou a mesma à votação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária da assembleia municipal de 22 de Fevereiro de 2006, com 14 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PSD, 3 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do BE e 2 Abstenções do PSD. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Fez uma declaração de voto: -----

-----Reafirmou que não lhe parecia muito correcto a discriminação que era feita em relação às intervenções dos Deputados Municipais e referiu que não sabia se conseguia meter medo a alguém, mas que não era esse o seu objectivo de vida e que estava realmente perplexa perante o efeito que a sua pessoa tinha na maioria socialista daquela Câmara. -----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Informou que quem estivesse interessado em consultar as justificações de faltas ou em ler a correspondência, se dirigisse à mesa durante o período antes da ordem do dia ou no final do mesmo.-----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Fez uma declaração de voto:-----

-----Referiu que se absteve na votação da acta, uma vez que esteve ausente na última Assembleia Municipal.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Começou a sua intervenção referindo que o artigo 21º do Regimento definia que no período antes da ordem do dia não podiam ser incluídos assuntos que se iriam discutir, pelo que, propôs que existisse uma alteração na ordem de trabalhos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

daquele dia, para que o assunto que estava antes da ordem do dia passasse para o ponto número um da ordem do dia e os outros pontos fossem sucessivamente alterados. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Referiu que estava de acordo com a proposta do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda relativamente à ordem de trabalhos e também de acordo com a Lei, pois o período antes da ordem do dia, no máximo de sessenta minutos, era para tratar de assuntos de interesse para a autarquia que não estavam agendados. Como a apreciação do relatório de síntese da actividade municipal de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2006 era um assunto agendado tinha, forçosamente, que constar no período da ordem do dia, como tinha acontecido até então.-----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Informou que a Mesa aceitava a sugestão e iriam incluir o assunto na ordem de trabalhos e o primeiro ponto da ordem do dia passava a ser a apreciação e votação do relatório de actividades e conta de gerência da Câmara Municipal, referente ao ano de dois mil e cinco.-----

-----De seguida informou que iriam dar início ao período antes da ordem do dia e deu conta que tinha dado entrada na Mesa uma moção do Partido Socialista. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO**-----

-----Começou por cumprimentar o público presente e os senhores deputados e referiu que, na sua opinião, a Assembleia devia dignificar e valorizar o trabalho autárquico mas, infelizmente, alguém não pretendia que o mesmo fosse valorizado. ----

-----De seguida leu a seguinte moção apresentada pela bancada do PS: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----*“Taxa de Alcoolémia – declarações de S. Exa. o Secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões*-----

-----*Considerando as declarações de S. Exa. o Secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, no jornal Diário de Notícias em que admitia baixar a taxa de alcoolémia dos 0,5 para 0,2 g/l, caso o sector vitivinícola não tomasse uma posição para contrariar o número de mortos na estrada devido ao excesso de álcool no sangue.*-----

-----*Considerando que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal tomaram, no anterior mandato, posição contrária à redução para 0,2g/l da taxa de álcool no sangue permitida.*-----

-----*Considerando que, entre os nosso parceiros da União Europeia, apenas a Suécia contraria uma taxa de alcoolémia inferior a 0,5 g/l.*-----

-----*Considerando, ainda, a importância que o produto «vinho» desempenha na economia portuguesa, e particularmente no nosso concelho, não esquecendo também o facto de a nossa alimentação ser, marcadamente, mediterrânea, sendo por isso, frequente, a presença do vinho no acompanhamento de uma refeição.*-----

-----*Considerando, também, que o município do Cartaxo, encontra-se numa fase de desenvolvimento da valorização do vinho, com o projecto «Cartaxo Capital do Vinho», que para além das acções de promoção deste produto, irá desenvolver, em paralelo, campanhas de sensibilização, em sintonia com o Plano de Acção Nacional de Acção Contra o Alcoolismo, para o consumo moderado de bebidas alcoólicas.*-----

-----*Considerando, por fim, que entendemos que a redução da sinistralidade passa por melhorar a sinalização vertical e horizontal das estradas, modernizar a rede das estradas secundárias, e promover uma contínua campanha de informação e sensibilização dos condutores, com uma rigorosa fiscalização das infracções ao código da estrada. Propomos que:*-----

-----*1. Esta Assembleia tome posição política contra as declarações lamentáveis do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna;*-----

-----*2. Esta Assembleia tome posição política contra qualquer alteração à lei que diminua a taxa admissível no sangue de 0,5g/l para 0,2g/l;*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----3. Esta moção seja enviada para:-----
-----Sua Exa. o Sr. Presidente da República;-----
-----Sua Exa. o Sr. Presidente da Assembleia da República;-----
-----Sua Exa. o Sr. Primeiro Ministro;-----
-----Sua Exas. Os Presidentes dos Grupos Parlamentares Representados na
Assembleia da República;-----
-----Sua Exa. o Sr. Ministro da Administração Interna;-----
-----Sua Exa. o Sr. Ministro da Agricultura;-----
-----Todas as Câmaras e Assembleias Municipais dos Municípios do Distrito
de Santarém;-----
-----Aos Órgãos de Comunicação Social Nacionais, Regionais e Locais.”-----

-----SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA-----
-----Sobre a moção apresentada referiu que se revia no seu teor e propôs que
se acrescentasse ao conjunto de entidades a enviar a moção, também, o próprio
Secretário de Estado, enquanto visado da mesma.-----

-----SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO-----
-----Congratulou as palavras proferidas pelo Senhor José Gameiro, no sentido
de que aquela Assembleia devia ser dignificada e referiu que o exemplo podia começar
pelo mesmo, sobretudo atendendo à sua actuação na última Assembleia Municipal.-----
-----Relativamente à moção apresentada referiu que, os 0,5 gramas de álcool
por litro de sangue eram perfeitamente toleráveis e não impeditivos de uma condução
segura, ou então, os 0,5 gramas de álcool não eram seguros e o problema em causa não
seria a sobrevivência das empresas vitivinícolas mas sim, a sobrevivência de todos
aqueles que andavam nas estradas. Acrescentou que faltava a justificação técnica para a
redução da referida taxa, mas que os agricultores se tinham manifestado de imediato
contra essa possibilidade, o que dava a impressão que só aqueles que ultrapassavam a
referida taxa é que bebiam vinho e seus derivados mas, na sua opinião, os que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

consumiam outras bebidas alcoólicas eram muito responsáveis pelo aumento da sinistralidade. -----

-----Neste sentido, considerou prematuro a manifestação dos vinicultores, mas manifestou a sua concordância com a realização de estudos técnicos para comprovar se os 0,5 gramas eram responsáveis pela grande mortandade e pelos grandes níveis de atropelamentos que se verificam nas estradas portuguesas. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ONOFRE** -----

-----Sobre a moção apresentada, acrescentou que estava provado que só acima de um grama por litro é que estava comprometida a condução, no entanto, dependia da massa corporal, da pessoa, da idade e dos reflexos, pelo que, na sua opinião, a percentagem de mortalidade não se devia a essa taxa de álcool, mas sim a outros factores como, por exemplo, o abuso de motores cada vez mais potentes, em que se atingia dos 0 aos 100 Km em poucos segundos, com o piso das estradas e com a sinalização deficiente. -----

-----Salientou que em Portugal existiam hábitos alimentares em que o vinho estava muito presente mas, na sua opinião, não é só o vinho o causa do aumento drástico da taxa de alcoolémia mas, também, outras bebidas com um teor alcoólico muito mais elevado. No seu entendimento não existiriam mais problemas se os 0,5 g/l se mantivessem em vigor mas, as pessoas deviam habituar-se a “*quem conduzir não bebe*”, o que não iria prejudicar os vinicultores pois, até seria bom que só não bebessem os condutores, pois era assim que se fazia em muitos países da Europa. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Sobre a moção apresentada referiu que o Executivo Municipal se revia nas posições apresentadas pelos Senhores Deputados sobre a matéria do vinho, da taxa de alcoolémia e, também, no que foi referido pelo Senhor Deputado do PSD. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Após a análise e discussão da moção apresentada sobre “Taxa de alcoolémia” colocou a mesma a votação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Referiu que a moção tinha sido aprovada por unanimidade. -----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Dirigindo-se ao Primeiro Secretário e Presidente em exercício referiu que tinha ficado acordado numa sessão anterior da Assembleia Municipal que, em todas as votações, seria referido o número de votos por bancada e o sentido dos mesmos, pois não foi feita a contagem em relação à votação da acta e relativamente a esta moção deveriam fazê-lo. -----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Referiu que os votos eram contabilizados pela lista de presenças e considerou que não era oportuno voltarem atrás. -----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Reafirmou que o sentido de voto das bancadas devia constar em acta. ----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar moção apresentada pelo grupo PS sobre «Taxa de Alcoolémia», com 15 votos a favor do PS, 5 votos a favor do PSD, 3 votos a favor da CDU e 1 voto favor do BE.

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Informou que se encontrava presente o Senhor Dr. Pedro Reis, do PSD, em substituição da Deputada Hélia Baptista e o Senhor Jorge Rosa, da CDU, em substituição da Deputada Maria Emília Soares.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Referiu ainda que tinha dado entrada na Mesa uma recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Leu a seguinte recomendação:-----

-----*“Dada a crise existente sobretudo nos pequenos produtores do concelho do Cartaxo, recomenda-se que seja estudada a criação de um gabinete de apoio e estudos de técnicos de Marketing, circuitos de comercialização e políticas de excelência, que possam ajudar os pequenos e médios produtores à sua inserção e permanência num mercado cada vez mais exigente e competitivo.”*-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Agradeceu ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda a recomendação apresentada sobre a criação de um gabinete de apoio na área do vinho e referiu que ele próprio e os elementos que estavam no seu gabinete, bem como, nos gabinetes dos Vereadores, eram suficientes para fazer face a esse apoio e que, apesar de poderem sempre melhorar o trabalho, na sua opinião, não seria necessário criar um gabinete. Ao contrário do que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda recomenda, os elementos da Câmara eram suficientes para fazer face ao trabalho que existia e à colaboração na área do vinho.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Referiu que tem sido hábito os esclarecimentos serem dados pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Vereação, o que não tem nada contra e até agradecia, no entanto, lembrou a Mesa que, de acordo, com o Regimento os membros do executivo camarário deviam cingir-se, única e estritamente, à resposta das questões colocadas pela Assembleia, pelo que, alertou a Mesa para que não repetisse a promiscuidade da última sessão, sob pena da Assembleia parecer uma reunião do executivo camarário e, ainda, de não haver tempo para discutir as moções apresentadas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Colocou a Recomendação apresentada pela bancada do BE a votação da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, não aprovar a recomendação apresentada pela bancada do BE sobre a «Criação de um gabinete de apoio e estudos de técnicas de marketing, circuitos de comercialização e políticas de excelência para o sector do vinho», com 13 votos contra do PS, 1 voto a favor do PS, 1 abstenção do PS, 4 abstenções do PSD, 3 votos a favor da CDU e 1 voto a favor do BE. -----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA** -----

-----Fez uma declaração de voto: -----

-----Referiu que o sentido de voto da bancada era o da abstenção porque há alguns meses atrás, ainda durante o período da campanha eleitoral, tinham apresentado uma proposta no sentido da Câmara poder ter um gabinete destinado à promoção de investimentos dedicado, sobretudo, às empresas e aos particulares que estivessem interessados em investir no concelho do Cartaxo. Acrescentou que, na proposta do PSD, o referido gabinete poderia dar apoio à actividade vitivinícola e, nesse sentido, não acolhiam, integralmente, a proposta feita como, também, não a rejeitavam.-----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Informou que iriam passar às intervenções segundo a ordem de inscrição e que estavam inscritas doze pessoas. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA** -----

-----Cumprimentou os presentes e referiu que iria dar uma informação sobre uma decisão pessoal que tinha tomado recentemente, no sentido da sua renúncia ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

mandato de Deputado da Assembleia Municipal. Acrescentou que tinha tomado esta decisão após uma avaliação pessoal em relação às funções que desempenha na Câmara Municipal, pelo que, entendeu que não deveria continuar na Assembleia Municipal. -----

-----No seu entendimento, o grupo do PS tinha pessoas muito capazes, nomeadamente, o Dr. Pedro Nobre, que o iria substituir, por isso, tinha a certeza que não iriam ser lesados com a sua substituição. Referiu que foi com bastante orgulho que aceitou ser o número dois da lista do Partido Socialista para a Assembleia Municipal e foi, também, com muita alegria que viveu os momentos da eleição, sobretudo a grande vitória do Partido Socialista no concelho.-----

-----Acrescentou que, embora o grupo do PS tivesse uma grande maioria na Assembleia Municipal, o trabalho de todos os deputados e de todos os grupos era muito importante, nomeadamente, dos grupos da oposição, pelo que, tinha tido sempre como conduta respeitar o trabalho, as opções e as propostas apresentadas por esses grupos, embora só tivesse participado em três reuniões da Assembleia Municipal. Salientou que o grupo do PS, nas duas últimas Assembleias Municipais, tinha sido um grupo que trabalhou muito bem porque apresentou treze moções de trabalho e, dessas treze, oito tinham sido votadas por unanimidade da Assembleia e cinco aprovadas por maioria. Referiu ainda que tinham feito várias propostas de trabalho e lembrou que, na última Assembleia, tinham proposto a criação de um grupo de trabalho para o acompanhamento da revisão do PDM e do Plano Estratégico, aprovada em Assembleia, por unanimidade e, infelizmente, de acordo com a informação que tinha, o grupo do PS tinha sido o único a apresentar até àquela data os seus representantes nesse grupo de trabalho. -----

-----Salientou também que gostaria de chamar a atenção para o facto de ter sido passada a mensagem que a última Assembleia tinha sido uma “bagunça” e, na sua opinião a mensagem era verdadeira pois, além de estarem a discutir o ponto antes da ordem do dia durante três horas, toda a oposição tinha feito sessenta intervenções quando o grupo do PS tinha feito apenas dezassete e no sentido de apresentar propostas concretas e de discutir assuntos sérios.-----

-----Por fim, referiu que gostaria de dar um grande apoio ao Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Góis, que, na sua opinião, não era um político,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

mas, também, reconhecia que ninguém lhe tinha facilitado a vida. Acrescentou que o Presidente merecia que lhe facilitassem a vida porque naquele órgão, em que não existiam políticos profissionais, o Dr. António Góis também não era político profissional pois nunca tinha estado numa Assembleia. Disse ainda que se falava que era importante renovar e trazer gente nova para as Assembleias Municipais mas, na verdade, quando apareciam pessoas novas, o objectivo era “queimá-las” pois não tinham experiência. Referiu que existiu uma situação que não correu muito bem, mas que não era por isso que o Presidente deixava de ter mérito, pois foi pessoa eleita por maioria, no concelho, para ser o Presidente da Assembleia Municipal do Cartaxo e, como tal, considerava que o Presidente merecia sê-lo e que todos os grupos lhe deviam dar essa oportunidade. -----

-----Desejou felicidades a todos os presentes e fez votos de um bom trabalho para a Assembleia, com a apresentação de propostas e maior dignificação da mesma, e para isso esperava que no próximo mandato a lei fosse alterada e o espírito, quer do funcionamento da Câmara, quer da Assembleia Municipal, fosse diferente. Disse ainda que acreditava que isso iria acontecer, pois tinham um Deputado da Assembleia da República na Assembleia Municipal, que segundo acreditava iria contribuir para a alteração da lei. Na sua opinião, as Assembleias Municipais deviam ser dignificadas e ter outro poder e deu o exemplo do sistema espanhol que, na sua opinião, era exemplar. -----Por fim, referiu que tinha tido gosto em trabalhar com todos os presentes e que podiam contar consigo. -----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Informou que, perante o tempo que restava, cada intervenção iria ser de dois minutos e trinta segundos. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO** -----

-----Louvou o Senhor Deputado José Arruda pela manifesta grandeza da sua decisão, pois nem todos pensavam assim e, na sua opinião, a sua actuação era

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

eticamente correcta porque pertencer a um órgão fiscalizador como a Assembleia Municipal e, ao mesmo tempo, pertencer a um órgão fiscalizado, como a Câmara Municipal, não seria eticamente correcto. Referiu que tinha sido uma atitude de nobreza de pessoa, pelo que, lhe dava os seus cumprimentos e parabéns por isso. -----

-----Por fim, esclareceu que, quando tinha sido pedido aos grupos para indicarem os nomes dos representantes para acompanharem a revisão do PDM, a CDU na altura, indicou um nome, não o informou por carta, mas sim oralmente. -----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Relativamente à decisão anunciada pelo Deputado Municipal José Arruda referiu que, actualmente, naquela sala, era a pessoa que o conhecia há mais anos e considerou ter sido um gesto que o enobrecia, porque era um gesto de um homem que conseguia perceber que a política tem ética. Acrescentou que, no seu partido, se recordava de um homem chamado Francisco Sá Carneiro que dizia que a política sem ética era uma chatice. No seu entendimento, o Senhor Arruda tinha tomado uma decisão que podia abrir um precedente, o que era bom, porque os autarcas deviam se enobrecer com atitudes como aquela. A Assembleia Municipal ficava prestigiada porque quem fosse substituir o Senhor José Arruda, sem desprimor, não iria fazer decerto, figura pior ou melhor do que aquela que o Senhor José Arruda fez. -----

-----Abordou uma segunda questão referente ao modo de funcionamento da Assembleia e referiu que o senhor José Arruda tinha feito referência ao facto de o Presidente da Assembleia Municipal estar, pela primeira vez, naquele órgão por ter vencido nas últimas eleições, o que na sua opinião, era legítimo e verdadeiro. No entanto, chamou a atenção para o facto de existirem mais pessoas que estavam, também, pela primeira vez, na Assembleia Municipal e não iriam ficar mais intimidadas para desempenharem a vontade expressa no acto eleitoral. Acrescentou que, em nome da bancada do PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Cartaxo, iria contar com toda a leal colaboração. -----

-----Referiu a existência de situações a melhorar, tal como a presidência provisória na Assembleia Municipal daquele dia e, como exemplos, referiu que já a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

sessão tinha começado com cerca de dez a quinze minutos de andamento, quando o Senhor Presidente em exercício, deu conta das presenças que estavam em substituição, que deviam ter sido anunciadas no início dos trabalhos e a votação da acta tinha sido feita sem apurarem o número de votos. Acrescentou que não estava a fazer uma crítica mas sim uma constatação pois, no seu entendimento, existiam melhorias que deviam ser feitas, sem terem a necessidade de, à frente do público e da comunicação social, dar aquele espectáculo que não prestigiava a Assembleia. -----

-----No que respeita à referência feita pelo Deputado José Arruda à aprovação da Lei das Autarquias Locais e do financiamento das Autarquias Locais referiu que assumia a sua quota parte, como Deputado da Assembleia da República, mas que não estava ali naquela qualidade e acrescentou que era evidente que a Assembleia da República tinha um partido com uma maioria absoluta, portanto, era esse partido que só por si conseguia fazer aprovar a legislação. -----

-----Por fim referiu que, apesar de estar na Assembleia Municipal e assumir por inteiro aquilo que fazia, o contributo que podia dar também dependia do que o próprio partido maioritário levasse à Assembleia da República.-----

-----PRIMEIRA SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO, SENHORA DEPUTADA ANA FONSECA E SILVA -----

-----Relativamente à posição assumida pelo senhor José Arruda referiu que louvava a posição tomada pois, o referido Deputado não se encontrava perante um impedimento e, como sublinhou, tinha sido uma posição pessoal, que certamente tinha a ver com o que o mesmo referiu pois, acabaria por estar de alguma forma a fiscalizar o trabalho dele próprio. -----

-----Louvou a sua atitude mas, também, lamentou o que considerava ser uma perda para a Assembleia, sem desprimor para a pessoa que, eventualmente, possa vir a ocupar o lugar do Senhor Deputado José Arruda e, por fim, desejou-lhe as maiores felicidades. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Sobre a intervenção do senhor José Arruda, referiu que a posição política sobre a sua acção tinha sido tomada pelo Dr. Vasco Cunha, mas que queria acrescentar que o PS, na acta da sessão anterior não indicou ninguém para as referidas comissões e que tinha ficado com a ideia que todos os grupos tinham indicado pessoas, o que na acta não estava expresso, mas que o PSD se tinha prontificado a indicar os seus representantes para as referidas comissões.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Deu os seus cumprimentos ao Deputado José Arruda pela sua frontalidade e consciência de que a situação podia criar algum engulho do ponto de vista legal e ponto de vista ético e moral, mas de toda a maneira havia uma questão moral e ética que era um remunerado pela entidade Camarária estar a desempenhar a função de deputado. Apesar da questão não ser pacífica, nem muito clara, de toda a maneira nada o obrigava a tomar a decisão e o senhor José Arruda tomou-a de livre vontade e em consciência, daí a sua apreciação.-----

-----Referiu ainda que, em relação ao representante na comissão da revisão do PDM, o Bloco de Esquerda não precisava de delegar porque à partida já estava delegado.-----

-----Por fim, referiu que, em relação ao comportamento ético da Assembleia, também prezava muito essa postura e, na sua opinião, as pessoas podiam estar mais ou menos fadadas para determinados desempenhos, mas não existia ninguém que não conseguisse aprender as regras de funcionamento, pois todos tinham a ganhar se os trabalhos fossem conduzidos com ética, organização e princípios.-----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Em nome da CDU apresentou a seguinte moção:-----

-----*“Nos termos do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal do Cartaxo, apresentamos a seguinte moção: -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Assinala-se no próximo dia 1 de Maio o Dia Internacional do Trabalhador, instituído em homenagem aos operários de Chicago que em 1886 saíram à rua para reivindicar a jornada de trabalho de oito horas diárias. Cinco desses dirigentes operários foram mandados executar. -----

-----Hoje os tempos são outros, mas os trabalhadores continuam a assinalar esta data como sendo o seu dia. Para que tenham direito a erguer com o suor do seu labor, a vida digna que todo o ser humano tem direito. -----

-----O Cartaxo teve durante muitos anos ligação afectiva ao 1º de Maio. No início do século XX organizava nas ruas o Cortejo do Trabalho, de que restam memórias no Museu de Miniaturas do Ateneu Artístico Cartaxense, e o seu Feriado Municipal foi durante muito tempo neste dia, só alterado por pressões políticas dos servidores do antigo regime, que se finou em 25 de Abril de 1974. -----

-----Num Portugal Livre e Democrático, propomos: -----

-----Um voto de saudação a esta data.”-----

-----1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS -----

-----Questionou se alguém queria intervir em relação à moção apresentada.---

-----Referiu que como não havia intervenções, iriam passar à votação da moção apresentada pelo grupo da CDU. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pelo grupo da CDU sobre o «1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador» com 23 votos a favor, sendo 15 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD, 3 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do BE. -----

-----SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO -----

-----Informou que iria fazer uma informação e uma proposta à Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----De seguida informou que a Assembleia Municipal reunida, em sessão ordinária, em vinte e dois de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e quatro aprovou, por aclamação, uma proposta no sentido de um grupo de cidadãos da Ereira realizar uma simbólica homenagem a Nunes Álvares Pereira, com um baixo relevo. ----

-----Acrescentou que na altura o Senhor Presidente da Câmara era o Sr. Dr. Conde Rodrigues, que apoiou o assunto, mas, passados quinze anos e depois de algumas diligências a homenagem não andou para a frente. Referiu que a comissão tinha na sua posse a quantia de duzentos e sete euros e nove cêntimos, que era a importância que, primeiramente, queria canalizar, para depois totalizar cerca de duzentos e cinquenta contos, o que custaria o baixo-relevo na altura mas, como não tinha realizado, não tinha existido apoio, a comissão decidiu entregar à Junta de Freguesia da Ereira, na última sessão de Assembleia de Freguesia, na pessoa da Senhora Presidente, os referidos duzentos e sete euros nove cêntimos para que pudesse renovar o equipamento infantil no parque escolar da respectiva freguesia. -----

-----Neste sentido, disse que, tinha trazido este assunto para conhecimento dos Senhores Deputados, visto terem aprovado por aclamação a referida moção e tendo sido publicada em jornais locais e regionais. -----

-----De seguida leu uma proposta sobre o Cartão Municipal Sénior: -----

-----“Nos termos do art. 16.º da Assembleia Municipal do Cartaxo, apresentamos ao Executivo Municipal a seguinte proposta:-----

-----A exemplo de outros Municípios, apresentamos ao Executivo a Proposta no sentido de poder ser criado e concedido a todos os residentes no concelho do Cartaxo com carácter de permanência, maiores de 65 anos, o Cartão Municipal Sénior, onde depois de se comprovarem os seus fracos recursos económicos, pudessem ser beneficiados com descontos que poderiam abranger por exemplo: tarifas de água para o consumo doméstico; nas tarifas de saneamento e recolha de resíduos sólidos; isenção de taxas na frequência das piscinas municipais, ou outras áreas de gestão municipal e ainda a possibilidade de descontos percentuais em compras efectuadas nos estabelecimentos comerciais que queiram aderir a esta iniciativa” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Referiu que a proposta apresentada era bem-vinda, mas já existiam propostas anteriores nesse sentido e até em Câmara já tinha sido apresentada uma proposta, que tinha como objectivo ser concretizada. Disse ainda, que tinha conhecimento que a área social estava a trabalhar nesse objectivo e à semelhança de outras actividades que têm desenvolvido naquela área, pretendiam implementar o Cartão Sénior ou um cartão semelhante para abranger aquela faixa etária. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Sobre este assunto referiu que o PSD tinha sido o primeiro partido político neste Executivo, neste Município, a apresentar a proposta do Cartão Sénior, pelo que a alegrava ver que recolhia, agora, a unanimidade e o acordo da maioria socialista, porque na altura não tinha sido esse o parecer da maioria socialista que estava no mandato e no poder.-----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Não existindo mais intervenções, colocou a proposta apresentada pela CDU a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar proposta apresentada pelo grupo da CDU sobre o «Cartão Municipal Sénior» com 23 votos a favor, sendo 15 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD, 3 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do BE.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Referiu que iria deixar algumas questões muito concretas ao Executivo, na sua opinião, importantes para os munícipes da região, tais como: quando é que se previa o arranjo da estrada que ia para a aldeia da Palhota pois, o protesto dos moradores face às condições da estrada era evidente bastava ver a quantidade de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

cartazes que lá afixaram, quase de metro a metro. Questionou se já tinha sido removida a lixeira que aquando da realização do prémio automobilístico tinha sido removida para a zona atrás do Campo de Futebol de Valada pois, além do impacte ambiental que tinha numa zona turística de merendas, parecia-lhe que também estava a poluir o Rio Tejo quando a subia a maré. Por fim, referiu que o Senhor Vice-Presidente da Câmara tinha afirmado numa notícia de um jornal que não sabia se tinham sido os serviços camarários a colocar ali aquele entulho e lixo, pelo que, questionava se já tinha essa informação. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Sobre as questões apresentadas pelo Senhor Deputado Francisco Colaço questionou se o mesmo já tinha passado pelo local há poucos dias pois, a estrada, em parte, já estava beneficiada, naturalmente, que não tinha a beneficiação grande que merecia e que irá ser objecto de tratamento de uma forma diferente e de uma valorização diferente mas, naquele momento, a estrada já estava arranjada.-----

-----Acrescentou que em Câmara tinha feito referência que a valorização da Palhota, a salvaguarda de um espaço público, bem como, a valorização da margem ribeirinha pertencia à Câmara que, no entanto, não podia menosprezar o papel dos privados, nomeadamente, dos privados que lá viviam, que utilizavam aquele espaço e que, também, o desvalorizavam e o destruíam. Disse ainda que a Câmara tinha conhecimento de construções que estavam a ser feitas e que não obedeciam aos trâmites regulares e legais, pelo que, estavam a fazer uma fiscalização. Não obstante esta realidade, a Câmara ia assumir a responsabilidade no âmbito das suas competências mas, também, deviam ter consciência da realidade que envolve os particulares. -----

-----Sobre a questão da lixeira, referiu que teve conhecimento que foram os serviços camarários que fizeram a deslocação para aquele local pois, na altura, foi entendido que era o melhor sítio para colocar o depósito de resíduos. Acrescentou que tinham concertado posições com a Junta de Freguesia e estavam a resolver o problema, no entanto, não lhe parecia que, naquele momento, existisse qualquer dano ambiental

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

grave conforme tinha sido noticiado mas, estavam a trabalhar no sentido de resolver o problema de forma definitiva. -----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Informou que deu entrada na Mesa um requerimento apresentado pela CDU, a solicitar a prorrogação de tempo antes da ordem do dia, em mais 30 minutos e de seguida colocou-o a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o requerimento apresentado pelo grupo da CDU para a prorrogação do período antes da ordem do dia por mais trinta minutos, com 15 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD, 3 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do BE.-----

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS** -----

-----Após a votação informou que o período antes da ordem do dia ia ser prorrogado por mais 30 minutos.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal uma listagem de pessoal avençado no Município para ser entregue ao grupo parlamentar do PSD.-----

-----De seguida, abordou a questão da separação dos lixos e da reciclagem e neste contexto referiu que, há cerca de um ou dois anos, o assunto tinha sido suscitado no Executivo Municipal e, na altura, tinha sido dito pelo responsável que existiam dificuldades na reciclagem dos lixos, porque faltava a construção de uma estação de triagem e que, quando essa estação de triagem estivesse feita, se iria proceder à reciclagem dos lixos. Acrescentou que era unânime entre todos os habitantes do Cartaxo que a reciclagem não estava a ser feita e disse que esse facto a preocupava, porque fazia sempre a reciclagem e a separação de lixo, tal como outras pessoas no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

Cartaxo com as mesmas preocupações ambientais, e depois quando iam despejar os ecopontos, o lixo era todo misturado e ia tudo para o aterro sanitário.-----

-----Em segundo lugar referiu que se estava a perder uma oportunidade, pois os cidadãos estavam mais preocupados em fazer a reciclagem do que os políticos, o que a entristecia porque, eventualmente, quando no futuro fosse necessário pedir às pessoas para fazerem a reciclagem, já ninguém iria acreditar na importância da mesma para o ambiente e para o mundo. Questionou se a reciclagem estava ou não a ser feita e se a estação de triagem estava ou não a funcionar. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----No que respeita à listagem das avenças referiu que, tal como, já tinha sido feito em Câmara onde foi entregue ao PSD a listagem referida, também, tinham muito gosto em entregá-la à bancada do PSD. -----

-----Relativamente à separação de lixos e reciclagem, disse que tinha grande apreço pela preocupação ambiental dos Senhores Deputados e que passaria a palavra ao Dr. Pedro Ribeiro que podia explicitar e definir, concretamente, o que se passava naquela área. -----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Começou por referir que, em relação à questão da Senhora Deputada Luísa Pato, tinha existido uma pequena incorrecção pois, o vidro sempre tinha sido reciclado e o que não era reciclado, a nível do conjunto dos ecopontos, era o papel e as embalagens pela falta de estação de triagem. Acrescentou que a informação que lhe podia prestar era a informação que também lhe tinha sido prestada pela Resiurb que os camiões de recolha daquele tipo de resíduos tinham compartimentos e quando eram despejados tinham isso em atenção. -----

-----Disse ainda que, actualmente, a estação de triagem estava a funcionar e que ia providenciar os dados que a Senhora Deputada tinha pedido para saber exactamente quantas toneladas é que estavam a ser encaminhadas do Cartaxo para a Estação de Triagem. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Referiu que, registando com apreço a consciência ambiental da Senhora Deputada, actualmente, o grande problema dos aterros sanitários, agora que as estações de triagem já existiam, era que cerca de sessenta por cento do produto que lá chegava era refugo, de acordo com um recente estudo da LIPOR – o sistema de lixo do Porto, depois de todo o processo de triagem voltava-se novamente para o aterro. Neste sentido, acrescentou que o grande combate tinha que existir, mas não passava só pelo “nosso país”, mas, essencialmente, com concertação ao nível da União Europeia, através de um ataque feroz à política da embalagem e, como exemplo, referiu que para comprar um telemóvel pequeno era preciso levar um caixote para casa. -----

-----Na sua opinião, para além das campanhas de sensibilização, tinham que travar um grande combate, pois não tinha dúvidas que os grandes aterros sanitários iriam ter os seus períodos de vida encurtados e, mesmo assim, o aterro sanitário da Raposa, em princípio iria cumprir o seu período de vida. Acrescentou que todos os meses eram solicitados, nomeadamente, por aterros da zona da área metropolitana de Lisboa que já se encontravam saturados e dispostos a pagar o que fosse preciso, para que aqui na região se pudesse receber os seus lixos. -----

-----Por fim, referiu que todos deviam trabalhar no sentido de fazer prolongar os aterros que tinham e que podia não ser politicamente correcto, mas as tarifas no futuro irão fazer pesar a comparticipação que cada um terá que dar se não existirem fundos comunitários para fazer novos aterros, sob pena das antigas lixeiras entrarem em funcionamento. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ONOFRE** -----

-----Referiu que pretendia fazer dois pedidos de informação ao Executivo Camarário. O primeiro pedido era em relação às «Unidades de Saúde Familiares» pois, no concelho do Cartaxo, em princípio, iriam ser duas: em Pontével e no Cartaxo, de acordo com o que leu no jornal do “Povo do Cartaxo”, pelo que, questionou em que ponto é que estava a concretização das unidades de saúde familiares e como é que seria feito nas outras unidades, para além das unidades de saúde familiares, nas diversas freguesias. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Referiu que o segundo pedido de informação era referente aos pavimentos dentro do Cartaxo, à reparação das canalizações, à instalação de novas condutas e questionou qual era a política de subsolo existente no concelho, pois os munícipes estavam continuamente abalroados por canalizações e obras e “ora se tapa, ora se destapa”, nomeadamente, na zona velha do Cartaxo em que as reparações das tubagens da água são contínuas. Neste sentido questionou a razão de não ser feito tudo de uma vez. -----

-----Relativamente às novas condutas referiu que, possivelmente, a situação era muito comum aos vários concelhos pois, quando viveu em Lisboa também aconteciam vários problemas com as condutas, pelo que, tinham que melhorar. -----

-----Congratulou o pelouro da cultura pela iniciativa que teve do lançamento de um livro, com a apresentação da sua autora, numa tarde de Domingo, na Biblioteca Municipal. Referiu que o espaço da Biblioteca Municipal era muito agradável mas, infelizmente, pouco visitado, na sua opinião, naquele dia, por sorte, ou, possivelmente por experiência do Senhor Vereador da Cultura que convidou uns “rapazinhos” que tocavam bem e os músicos da Filarmónica que levaram as famílias, porque senão a senhora escritora ia apresentar o livro com cadeiras vazias, pois só estariam presentes o próprio, a sua mulher, o Senhor Vereador e a sua secretária. Uma vez que o convite tinha sido dirigido a todos os Deputados Municipais devia existir uma maior comparência.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Sobre as Unidades de Saúde Familiares referiu que, na próxima reunião de Executivo Camarário, iria dar conhecimento de duas notas que tinham recebido por escrito, do Ministério da Saúde, mas que poderia antecipar. Como primeira nota disse que não estava programado qualquer encerramento das Associações de Saúde no concelho, de acordo com a informação oficial do Ministério da Saúde. No que respeitava às Unidades de Saúde Familiares, a informação referia que estavam a ser implementadas, o que confirmou com o coordenador da região, Dr. Afoito, que também lhe deu conta que não era uma tarefa fácil. Acrescentou que estavam programados dois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

campos de actuação mas, não existia nada de concreto se estavam ou não compostas as equipas para o funcionamento das respectivas Unidades de Saúde Familiar e que, o senhor coordenador, também, lhe transmitiu que iria reunir brevemente com o Director do Centro de Saúde para fazer um ponto de situação e tentar agilizar e diligenciar o funcionamento dessas Unidades de Saúde Familiares. -----

-----Sobre a questão suscitada pelo Deputado José Onofre relativamente aos pavimentos, referiu que gostariam de concertar uma política de investimentos de multisectores de modo a impedir que a estrada estivesse sempre ser cortada. O que tinham feito naquela área era não fazer pavimentos novos sem se verificar se o subsolo estava salvaguardado pois, a rede de água da cidade, como nos núcleos dos principais eixos dos aglomerados urbanos das freguesias, era antiga, o que ocasionava que depois de reparada, a rede também não aguentava cem metros à frente, só que de momento não existiam condições, do ponto de vista financeiro para estruturar a rede nova de um momento para o outro e por inteiro, por isso o que vêm a fazer são as substituições das condutas principais na cidade e os eixos dos aglomerados dos centros dos núcleos, os aglomerados urbanos das freguesias. -----

-----Neste sentido, referiu que tinha sido aprovado em Câmara um projecto de Regulamento de Taxas para permitir fazer uma política de regulamentação por via da taxa, ou seja, taxar o subsolo à semelhança do que acontecia noutros Municípios, como penalização da cobrança de um custo pelo serviço da utilização do subsolo. Na sua opinião esta política irá obrigar as outras entidades a fazer o seu próprio planeamento e ajustar com a Autarquia. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA ALMEIDA** -----

-----Começou a sua intervenção por referir que iria abordar quatro assuntos. -

-----O primeiro assunto era sobre a última acta pois, não constou uma intervenção que gostava que nesta acta ficasse referida, tendo sido a acta da sessão de dezasseis de Dezembro de dois mil e cinco aprovada sem a referida intervenção. O Senhor Presidente da Mesa tinha solicitado um apanhado da sua intervenção para se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

tentar colocar no documento, pelo que, gostava que constasse nesta acta um texto que se aproxime da intervenção produzida:-----

-----“*Que me congratulo com as obras de beneficiação dos diques de Valada. Espero que as obras não sejam superficiais porque os diques não são sujeitos a uma manutenção regular há vários anos e que as últimas obras de manutenção tinham sido feitas por parte da Junta de Freguesia com o apoio da Câmara, com os meios disponíveis, sem poder fazer uma intervenção profunda. Os diques representam a segurança das pessoas e dos bens daquela freguesia, valores essenciais. Congratulo-me, também, com as obras do Viaduto de Santana, com as passagens de nível superiores em Santana e na Ponte do Reguengo, obras estas, que vão melhorar as acessibilidades da Freguesia mas, para a freguesia é necessário continuar a reivindicar a elevação da estrada 3.2, entre a passagem de nível superior da Ponte do Reguengo até ao Caminho de Meias e uma solução que permita aproximar o acesso à A1, ou seja, que o acesso seja mais rápido.*” -----

-----Sobre o lixo em Valada, no Salgueiral, dirigiu-se ao Senhor Presidente e referiu que ao contrário do que tinha afirmado não concordava que não existisse poluição ambiental pois, tinha fotografias onde se podia verificar o que lá estava, e que gostava de informar a Assembleia que tinha sido aprovado em Assembleia de Freguesia de Valada, um texto que passou a ler: -----

-----“*Na sequência da deposição e acumulação de lixo no Salgueiral, a Assembleia de Freguesia de Valada reunida na sessão ordinária de vinte sete de Abril de dois mil e seis deliberou, por unanimidade, apresentar um voto de protesto à Câmara Municipal do Cartaxo pela transferência do lixo da estrada do Caminho de Meias e a colocação do mesmo lixo, refira-se, todo o tipo de lixo, terra resíduos orgânicos, plásticos embalagens e outros junto ao Rio Tejo, ao Parque de Merendas e ao Campo de Futebol do Ribatejano, o que constitui um grave atentado ambiental. Para além da poluição referida, foram danificadas algumas árvores e, por vezes, nas marés a água do rio contactava com o referido lixo. A Assembleia de Freguesia de Valada manifesta, também, o seu desagrado pelo facto da tomada de decisão ter ultrapassado o Executivo da Junta de Freguesia de Valada não colocando apenas terra*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

ou entulho e ter colocado todo o tipo de lixo, não fazendo a separação combinada. A Assembleia de Freguesia de Valada ficará vigilante, esperando a remoção de todo o lixo, conforme combinado, no mais breve espaço de tempo.” -----

-----Relativamente ao Largo Humberto Delgado referiu que a Câmara Municipal tinha colocado uma placa, naquele local, a anunciar a requalificação do Largo Humberto Delgado, a placa contínua no local, no entanto, não percebia se para fazer uma outra reestruturação ou se era necessário esperar por novas eleições pois, esperava não ter de pedir ao Senhor Presidente do Executivo para se demitir e provocar novas eleições para existir a reconversão, porque esperar quatro anos era muito tempo.

-----Por último, disse que há dois anos o “Ribatejano”, na sequência das obras dos outros campos, emprestou o campo de futebol para utilização do Estrela Ouriquense e do Sport Lisboa e Cartaxo. Acrescentou que o clube, antes, tinha dinheiro e tinha um campo de futebol e, neste momento, não tinha nem uma coisa nem a outra. Salientou o compromisso aprovado em reunião de Câmara de todas as despesas adicionais como água, electricidade que tinham existido durante dois anos de utilização, portanto o arranjo do relvado não era tudo, a Câmara deveria assumir o compromisso de ressarcir o “Ribatejano” por aqueles dois anos de bem que fez ao concelho do Cartaxo. -----

-----Para terminar ainda, em relação ao lixo, questionou o Vereador do pelouro do ambiente sobre os lixos plásticos porque soube que tinha arrancado o processo da colocação dos contentores mas, parecia-lhe que estava outra vez parado, pelo que, gostava de saber quando é que terminava esse processo. -----

-----SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----Sobre o “Ribatejano” referiu que todos os assuntos suscitados pelo Deputado Pedro Barata já tinham sido discutidos e salvaguardados com a direcção do próprio clube pois, estavam a acompanhar a situação para garantir que não existissem problemas e que o “Ribatejano” não iria ficar prejudicado com uma utilização maior pois, este era um princípio que sempre tinha sido seguido. Reafirmou que a Câmara ia acompanhar a situação pois, esteve reunido com a direcção do clube há cerca de um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

mês, onde ficou salvaguardado que não iam ficar prejudicados bem como, a freguesia de Valada, este era o princípio justo e legítimo do trabalho desenvolvido na área do desporto desde o anterior mandato. -----

-----Relativamente ao Largo Humberto Delgado referiu que estavam a fazer uma revisão dos projectos e a ultimar essa fase e que o facto de lá estar a placa era sinal de um compromisso, a Câmara continuava empenhada em fazer a obra e não da promessa pois, já tinham dado provas de não esperar pelas eleições para fazer obra. Como se podia verificar as obras continuavam a correr pelas oito freguesias na medida em que os projectos eram ultimados, a obra era lançada. Acrescentou que como essa placa existiam mais, como por exemplo, na Ponte Caetano Valério na Lapa, na Rua do Prioste e no apanhado do Moinho Saloio e que esperava que em entre dois mil e seis, dois mil e sete, essas obras fossem concretizadas, o que na sua opinião, era bom sinal, significava que existia dinheiro, que os compromissos camarários eram satisfeitos e que a população ficava beneficiada. -----

-----**SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

-----Relativamente à questão da estação de transferência referiu que estavam a trabalhar para que o seu funcionamento arrancasse em Junho, a tempo da maior intensidade proveniente das campanhas agrícolas. -----

-----Agradeceu ao Dr. Onofre a referência que efectuou pois, na Biblioteca existia um trabalho de persistência que, também, era da responsabilidade da Autarquia e por isso iam reeditar no jardim da Biblioteca as noites da poesia, que era uma iniciativa antiga que a Câmara já tinha promovido, que se iniciava em dezanove de Maio, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Cultura. Acrescentou que, no dia vinte e um de Maio iam ter na Biblioteca uma sessão musical com violinos. -----

-----Referiu ainda que, estavam a trabalhar para, entre o dia vinte e um de Junho que era o dia da cidade e dia um de Julho, o Dia Mundial das Bibliotecas, se realizar uma pequena feira do livro. -----

-----Informou que a partir do próximo ano, a Biblioteca ia ter serviços educativos, onde irá funcionar o Programa de alfabetização do concelho do Cartaxo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

com o objectivo de combate à taxa de analfabetismo que se encontra entre os dez e os doze por cento do nosso concelho.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALADA**-----

-----Começou a sua intervenção por cumprimentar os presentes e referiu que na sua intervenção iria abordar a situação do lixo no Salgueiral porque tinham existido várias pessoas que tinham intervindo naquele assunto, que o preocupava tanto a ele como ao Senhor Presidente, ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e a todos os presentes. -----

-----Disse que tinha existido uma combinação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Valada em arranjar um local para a colocação da maior parte dos resíduos que existiam pois, a maior parte daqueles era terra e restos de obras, portanto, existia uma diminuta quantidade de produtos plásticos colocados pelos agricultores e por outras pessoas que utilizam esse tipo de produtos. No entanto, a combinação existente entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia consubstanciava-se em arranjar um local para a maior parte da colocação daqueles lixos e a preocupação que existiu da sua parte era a separação do lixo só que essa separação não foi feita como devia de ser pois, apareceram alguns plásticos pelo meio daquela terra, de qualquer maneira, como o Senhor Vice-Presidente tinha referido, a situação estava a ser tratada e estava convencido que, brevemente, iria ser ultrapassada. -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO BARATA ALMEIDA**-----

-----Questionou o Senhor Presidente da Câmara se, em relação ao “Ribatejano”, assumia o compromisso de ressarcir o clube das despesas provocadas pela utilização daquele espaço e das instalações por outros dois clubes pois, as contas já estavam feitas e os números eram fixos e não existiam manobras de números. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Respondeu ao Senhor Deputado dizendo que o clube ia ser ressarcido mas que não era o clube que fazia as contas aliás aquele clube, bem como, os outros já se tinham habituado que quem fazia as contas era a Câmara sobre essa matéria pois, quem estabelecia a política desportiva era a Autarquia que agradecia a colaboração dos clubes. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ELIAS RODRIGUES**-----

-----Cumprimentou todos os presentes e o Senhor Presidente em exercício, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, o público e a comunicação social. -----

-----Referiu que iria falar sobre a sua situação na Câmara Municipal e, também, na Assembleia Municipal. Começou por agradecer aos políticos que tiveram a coragem de permitir que os militares pudessem desempenhar uma função, quer ao nível local, quer mesmo ao nível da Assembleia da República, por isso, tinha aceite fazer parte de uma lista, tendo tido o cuidado de se informar antes de aceitar um convite que muito o honrou pelo Senhor Dr. Paulo Caldas, na altura candidato. -----

-----Acrescentou que, após o convite tinha procurado alguns advogados e o que lhe tinha sido dito era que não havia qualquer tipo de incompatibilidade no exercício dessa função mas, atendendo a que existiam algumas questões éticas colocadas dentro e fora da Assembleia queria transmitir que, em relação à ética, não queria correr o risco de alguém lhe apontar o dedo e dizer que eticamente a sua postura não era correcta, por isso, afirmou que tudo o que fez, até aquele dia ao serviço da comunidade, nada nem ninguém lhe podia apontar fosse o que fosse sobre a sua conduta.-----

-----Ainda sobre a questão, referiu que tinha sido condecorado e medalhado e que tinha ido para a Assembleia Municipal com o objectivo de contribuir para a comunidade, assim como, para a Câmara Municipal com o intuito de tentar ser uma mais valia para a comunidade. Acrescentou que nesta altura não iria abandonar as suas funções enquanto Deputado Municipal mas, deixou o compromisso de se afastar da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

Assembleia Municipal. Disse ainda que, para a próxima semana iria falar novamente com várias pessoas sobre a situação que como deviam calcular iria tentar saber de que forma é que se ia afastar porque os políticos que lhe tinham dado a oportunidade de estar naquele órgão tinham todo o seu respeito pois, só estava a desempenhar as funções na Assembleia porque efectivamente foi eleito para este cargo. Reafirmou que a sua posição era muito clara à semelhança do Senhor Arruda iria de certeza afastar-se da Assembleia Municipal e iria procurar saber com o Senhor Presidente da Câmara qual a melhor forma, se é que isso era possível, de continuar a servir a causa pública e salientou que estava disponível para os seus colegas, no sentido de tentar fortalecer e ser uma mais valia para os trabalhos da Assembleia.-----

-----Sobre a beneficiação das ligações da cidade do Cartaxo ao nó e à variante referiu que as obras de beneficiação em curso na E.N. 114.2 e na variante à nacional 365.2 iam trazer uma mais valia para o concelho do Cartaxo, bem como, para toda a região do Ribatejo, apesar das condicionantes económico-financeiros que o país atravessa e afectavam as Autarquias Locais a Câmara Municipal do Cartaxo tem vindo a assegurar a concretização de investimentos prioritários, nomeadamente, na área das acessibilidades -----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Cumprimentou o Senhor Presidente em exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal e todos os presentes na sala. -----

-----Sobre a intervenção do Senhor Deputado Elias Rodrigues referiu que, se calhar pela sua tenra idade, não tinha conseguido perceber a primeira parte da sua intervenção porque, naquele dia, tinham tido um rasgo de lucidez do Senhor José Arruda, pelo que, o felicitava pela atitude que tinha tomado de hombridade e de ética política, porque, felizmente, a política também era feita de ética e o Senhor José Arruda tinha decidido renunciar ao mandato porque achava que existiam incompatibilidades éticas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Relembrou o Senhor Elias Rodrigues que apesar de, vivermos num Estado de Direito, a vida em sociedade era regulada por leis e normas, realmente, em termos legais não existia nenhum impedimento ao facto de ser membro daquela Assembleia e, simultaneamente, secretário do Senhor Presidente da Câmara mas, existiam questões éticas e não tinha percebido o que o Senhor Elias ia fazer, se havia intenção de se afastar do órgão devia esclarecer a Assembleia se ia ou não renunciar ao mandato porque se ia pedir um parecer já toda a gente sabia qual era o seu resultado porque não existia nenhum impedimento legal para o exercício das suas funções. -----

-----Por fim, disse que, com a segunda parte da intervenção do Senhor Elias Rodrigues, se possivelmente ou hipoteticamente, se afastar, com a figura da renúncia ou com a suspensão do mandato de seis meses, iria fazer falta à bancada socialista para fazer intervenções de congratulação da obra do Executivo Camarário.-----

-----**SENHOR DEPUTADO ELIAS RODRIGUES** -----

-----Quanto à primeira parte da sua intervenção referiu que pretendia afastar-se, em relação à segunda parte da intervenção, as obras estavam à vista e a valorizar o concelho. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO MODESTO PEREIRA** -----

-----Cumprimentou os presentes e questionou quando é que se iria realizar a discussão pública do PDM. -----

-----Questionou ainda, quem é que tinha a competência de gerir as zonas verdes e os parques infantis da Quinta das Correias porque encontrava-se em completa degradação desde a falta de condições dos parques infantis ao pavimento lá colocado que estava a ser tapado por ervas.-----

-----Por fim, congratulou a posição assumida pelo Deputado José Arruda e pelo Senhor Deputado Elias Rodrigues, embora, considerasse que já vinha um pouco tarde mas, era positivo que tivesse acontecido. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Sobre a questão do PDM referiu que tinha sido realizada uma reunião da comissão técnica de acompanhamento que já envolvia os ministérios e que, naquele momento, acreditava que até ao Verão tivessem uma versão base da proposta de alteração e revisão do PDM, na sua globalidade, com os perímetros urbanos e com as condicionantes estudadas. Acrescentou que deviam ter condições para no ano corrente fazer a discussão pública pois, estavam a ser acompanhados pela CCDRLVT, e com as entidades envolvidas para ser mais fácil a aprovação final e publicação no Diário da República. -----

-----Relativamente à questão da Quinta das Correias a responsabilidade, naquele momento, era da Autarquia, que estava a preparar uma intervenção maior, naquele espaço, apesar de, ter existido responsabilidade até há cerca de dois anos por parte do promotor do empreendimento mas, essa responsabilidade tinha transitado para a Autarquia. Acrescentou que como era uma área muito grande estavam a tentar agir por prioridades e por fases, mas que a parte dos parques infantis e da limpeza era a mais visível e degradada. -----

-----Relativamente à variante à nacional n.º 3 referiu que estava a ser negociado com o Serviço de Estado das Obras Públicas e, conjuntamente, com a Câmara Municipal de Santarém a rápida conclusão do projecto para a concretização da variante, que era uma obra pesada com um valor acima dos cinco milhões de contos, em moeda antiga, e que ia ser negociada. Os projectos estavam na última fase e estavam a tentar viabilizar o mais rápido possível porque era uma necessidade, uma vez que, a E.N. n.º 3 se tinha transformado, praticamente, num arruamento urbano. -----

-----Sobre o Viaduto de Santana referiu que há pouco o Deputado Pedro Barata o tinha abordado e que as obras lá consolidadas eram de modernização da linha do norte desde a Azambuja até ao Vale de Santarém. Acrescentou que o Viaduto de Santana, ainda, não estava em obras e que se tudo corresse bem as obras iniciar-se-iam até ao Verão para garantir que com a assinatura do protocolo que está a ser ultimada com a Secretaria de Estado das Obras Públicas e cuja a composição de partilha de financiamento da obra iria custar cerca de seis milhões de euros e seria a Autarquia do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

Cartaxo a financiar dez por cento e o restante partilhado entre a REFER e o E.P. Referiu que o E.P. tinha passado a assumir a cota da DGTT e que não havia outra hipótese, o que significava que, quando o protocolo fosse assinado a obra estaria em fase de adjudicação. Como se sabia tinha sido adjudicada em Câmara e estava tudo preparado para garantir a entrada efectivamente em obra do viaduto de Santana.-----

-----Por fim, deixou uma nota em relação ao Deputado Pedro Barata e disse que a elevação da nacional 3.2, estava já negociada e aceite pelo E.P., em termos regionais e em termos nacionais, aquando da desclassificação e beneficiação daquela infra-estrutura, da Nacional 3.2, incluindo um viaduto novo que iria ligar ao actual viaduto da Ponte do Reguengo aquela zona a caminho de Vale da Pedra /Valada, não era só até ao Caminho de Meias. -----

-----**SENHOR DEPUTADO MANUEL SALGUEIRO** -----

-----Sobre a intervenção do Senhor Deputado José Onofre sobre a apresentação do livro na Biblioteca referiu que a Junta de Freguesia também se tinha representado através do secretário, o Senhor Dr. Délio Pereira. -----

-----Disse ainda que, por proposta do PS, em Dezembro, a Assembleia Municipal, por unanimidade, defendeu a continuidade da esquadra da PSP na cidade mas, se por ventura, essa continuação estivesse em risco não podia deixar de se manifestar na Assembleia o seu sincero repudio, quer em nome pessoal e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Cartaxo, mas estava convicto de que todos os Deputados e a população darão as mãos para se empenharem perante o Governo no sentido de se manter a PSP e a GNR no concelho pois, estas forças de segurança ao longos dos anos têm desempenhado um trabalho meritório que, muitas vezes, põem em risco as próprias vidas em prol da segurança de pessoas e bens. Uma decisão naquele sentido iria colocar em causa a tranquilidade e de certo a criminalidade aumentaria, substancialmente, o que era malévolo para os “nossos” filhos e netos e para um concelho que todos desejavam com qualidade de vida e segurança. -----

-----Por fim, enalteceu a forma cívica e de dignidade com que tinham decorrido as comemorações do 32º Aniversário do 25 de Abril, na cidade do Cartaxo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

tendo todas as iniciativas, a participação de muita gente e com o agrado de todos aqueles que a elas assistiram, o que demonstrava que o espírito de Abril não tinha morrido. -----

-----**1ª SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO, SENHORA DEPUTADA ANA FONSECA E SILVA**-----

-----Referiu que, embora de alguma forma o Deputado Senhor Salgueiro, tivesse abordado a questão pretendia, questionar o Executivo, por se tratar de uma questão de relevo para a qualidade de vida dos cidadãos e, implicitamente, ser uma preocupação dos mesmos, sobre a manutenção ou não da PSP na cidade e o que tem sido feito junto do Governo sobre essa questão e sobre a projectada construção da nova Esquadra. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Referiu que era público e que existia um estudo que estava a ser actualizado, desenvolvido e finalizado no Ministério da Administração Interna. Acrescentou que tinha tido vários contactos com o Ministério da Administração Interna não só, pela Autarquia mas, também, através do Senhor Governador Civil, com quem reunia permanentemente e tinha feito chegar ao Ministério uma posição frontalmente contra a saída da PSP da cidade porque defendiam com base em diferentes argumentos que, também, eram públicos e conhecidos que era uma força que fazia falta ao concelho. Neste sentido, disse que outros Municípios vizinhos que tinham tido a saída de uma das forças de segurança com a promessa que os efectivos dessa força de segurança saíam reforçados, acabaram por ter uma criminalidade crescente, o que traduzia, também, uma experiência negativa nessa matéria de reorganização das forças de segurança.-----

-----No que respeita à esquadra estava numa situação de “*stand by*”, graças a toda esta situação pois, o estudo do Gabinete de Estudos do Ministério da Administração Interna continuava a ser concluído, e uma situação estava relacionada com a outra. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO N.º1: APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE SÍNTESE DA ACTIVIDADE MUNICIPAL DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2006

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Da análise que fez ao relatório começou por referir que discordavam dos valores inscritos na aquisição de bens e capital e questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber quais os projectos comunitários e/ou os projectos de cooperação técnica que ainda podem ser cabimentados neste orçamento.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Começou por referir que era com apreensão que via no primeiro trimestre, em termos percentuais, um desvio de 500.000,00 euros na receita corrente. Nas receitas de capitais, referiu que só tinham dados de 01.01.2006 a 31.01.2006, pelo que estavam impossibilitados de analisar o trimestre, mas se aquele valor fosse até 31.03.2006 haveria também um desvio proporcional de 3.000.000,00 de euros.-----

-----Relativamente às despesas correntes, disse que existia um acumular de despesas para os trimestres seguintes, em termos de proporcionalidade orçamental.-----

-----De acordo com a sua análise, ao existir uma deficiente recolha de receitas e um protelamento de despesas para o trimestre seguinte, a tendência indicia uma tragédia financeira, a não ser que os indicadores se alterem.-----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Começou por referir alguns problemas com os esgotos de Casais Lagartos, nomeadamente, a existência de ligações a uma caixa central de esgotos que não vai dar a lado algum, o que, de acordo com alguns moradores, poderá provocar uma explosão subterrânea pela acumulação de gases. Por outro lado, disse que existem moradores que têm de pagar uma taxa por esgotos, sem que os mesmos estejam a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

funcionar. Questionou o Executivo sobre este assunto e, em concreto, se tinha conhecimento do mesmo e quais as medidas que pretendia tomar.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----No que respeita ao esgoto dos Casais Lagartos, disse que esteve sempre prevista apenas uma primeira fase de execução saneamento nos Casais Lagartos e que foi entendido pelo anterior Executivo que a segunda fase de investimento seria feita, não obstante, ter sido canalizado investimento dos fundos comunitários para isso acontecer, mas sempre foi também assumido politicamente que a ETAR era para ser candidata quando da intermunicipalidade de investimentos conjuntamente com os outros municípios da Lezíria. Referiu que a ETAR era a solução para todos os problemas referidos e enquanto a mesma não estiver feita, os esgotos não poderão ser ligados e não poderão ter o tratamento devido. -----

-----Por outro lado salientou que todos os munícipes que pedem um ramal têm que o pagar, mas sabem, porque estão de antemão avisados, que não podem fazer as respectivas ligações porque não há tratamento. Não estão a pagar a tarifa de saneamento, mas unicamente o ramal. -----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Referiu que os mapas constantes da página 18 do relatório e orçamento, no mapa das receitas de capital, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram 15.600.000,00 euros, no pressuposto que a Câmara iria beneficiar de um conjunto de transferências de fundos comunitários e de contratos programa e quando se olhava para a contrapartida disto na posição bens de capital estão 14.200.000,00 euros para despesas. -----

-----Neste sentido reafirmou que o que tinha perguntado era o seguinte: nas transferências de capital, dos 15.600.000,00 euros, têm 1.200.000,00 euros concretizados à data e na despesa têm 811.000,00 euros pagos, pelo que, pretendia saber quais os contratos-programa que tem ou que podem vir a ter proximamente ou quais são os projectos de âmbito comunitário, que ainda mantêm esta proposta que está no orçamento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Disse que a sua resposta tinha sido muito objectiva e que tinha elencado esses projectos. Referiu ainda que, tal como em 2005, também em 2006 irão ter uma taxa de execução e pagamento substancialmente diferente daquilo que foram as realidades orçamentais e contas de gerência que foram apreciadas e aprovadas em 2002, 2003 e 2004. Acrescentou que a autarquia, durante o mandato anterior, efectuou uma política agressiva de investimentos e executou e pagou grande parte das obras, mas há uma parte das obras que têm que ser pagas, pelo que, durante os anos de 2006 e 2007, para além de uma política rigorosa de contenção, terão que “aguentar o barco” e fazer uma política menos agressiva de investimentos. -----

PONTO N.º 2 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO REFERENTE AO ANO DE 2005

-----**1.º SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO – SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara os esclarecimentos prestados e disse que iriam entrar no segundo ponto da ordem de trabalhos: apreciação e votação do “relatório de actividades e conta de gerência da Câmara Municipal do Cartaxo referente ao ano de 2005”, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

-----De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Começou por referir que o documento em análise era simultaneamente relatório de contas e de actividades. Disse que o ano de 2005 foi um ano de consolidação financeira de um mandato extremamente agressivo em termos de política de investimentos e está balizado, conforme se pode ver no documento em 2005 e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

também todo o mandato anterior, nos cerca de 25.000.000,00 euros de investimento feito e pago durante o mandato transacto.-----

-----Referiu que tinham procurado fazer uma análise com algum critério, apresentando: gestão de recursos humanos, análise económico-financeira e alguns indicadores da actividade do município durante o ano de 2005, em fecho de mandato.---

-----Relativamente à gestão de recursos humanos disse que se verificava que o peso das despesas com pessoal nas despesas correntes se manteve relativamente estável de 2002 para 2005, que o indicador era de 57% em 2002 e é de 52% em 2005, oscilando nos outros anos intermédios entre 52% e 50%. Deixou a observação que é nas despesas com o pessoal que terá que ser usada uma política mais agressiva em termos de contenção de custos. Disse que estão a pagar para cima de 5.000.000,00 de euros de despesas com o pessoal, pelo que há que melhorar a eficiência dos colaboradores nas diferentes áreas e a organização do trabalho, para garantir que as despesas com pessoal são indicadores controláveis. Referiu ainda o rejuvenescimento da Autarquia do Cartaxo, com uma média etária mais baixa do que há quatro ou cinco anos atrás, e salientou a preocupação com a valorização profissional, nomeadamente com a formação dos colaboradores. -----

-----No que respeita à situação económico-financeira patrimonial e orçamental referiu que a mesma traduz que o ano de 2005 foi um ano de consolidação financeira, daí que o investimento pago tenha sido inferior ao dos anos transactos. Relativamente aos resultados líquidos de exercício, disse que era falso ter sido a primeira vez que a Autarquia teve resultados líquidos negativos, como alguém tinha referido, até porque dantes nem sequer havia resultados líquidos. Acrescentou que se tivessem em consideração o resultado líquido de todo o mandato, verificavam que desde 2002 (que foi quando começou a existir este indicador) que o resultado líquido foi 630.129,00 euros. O resultado líquido que existiu durante o ano concreto de 2005, foi um resultado líquido que teve muito a ver com uma quebra significativa dos proveitos, nomeadamente, impostos e taxas, que tiveram uma quebra na ordem dos 2.250.648,23 euros, ou seja, menos 40% do que foi em 2004. -----

-----Referiu que as dívidas de terceiros, cresceram 2,8 vezes, mas são fundamentalmente dívidas a empreiteiros, ou seja, dívidas de investimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----No respeitante à capacidade de endividamento da Autarquia, do ponto de vista da estabilidade da taxa de endividamento, salientou que existia ainda uma capacidade de 37,4% que, em termos práticos, se traduz na possibilidade do Município do Cartaxo contrair empréstimos bancários para investimentos de médio e longo prazo, na ordem dos 12.000.000,00 euros. -----

-----Relativamente à poupança corrente, referiu que continua a ser positiva a diferença entre a receita e a despesa corrente, apesar de ter descido, o que tem a ver com a situação de as cobranças terem descido, ou seja, se as receitas descem a poupança corrente também desce. De 2002 a 2005 o indicador de poupança corrente média por ano foi de 1.344.151,00 euros.-----

-----Salientou os investimentos mais relevantes: nós de acesso à A1, circular urbana, Centro Cultural, valorização urbana do Cartaxo, cedências de terrenos para diferentes entidades no sentido da concretização dos seus projectos culturais e apoio às actividades sócio-culturais, consolidação dos complexos desportivos, centros de dia e ATL da Lapa, de Valada, entre outras inúmeras obras. Referiu que grande parte daquelas obras foram projectadas e concluídas no mandato anterior, o que significa que a autarquia teve também que pagar os próprios projectos e acrescentou que foram obras de peso. A Alameda Norte, Centro Cultural e Estádio Municipal representam um investimento na ordem dos 10.000.000,00 euros, o que significa que o Executivo não esteve parado. -----

-----Disse, também, que está espelhado nas contas de 2005 um indicador importante: com um crescimento significativo, continuaram a seguir uma política de desenvolvimento para as freguesias, tendo sido transferidos em média cerca de 1.000.000,00 euros por ano para as freguesias. Referiu que o resultado desta política se notava na vida das pessoas, nas calçadas, nos arranjos, na consolidação dos equipamentos socio-económicos, nos equipamentos sócio-culturais, em cada uma das freguesias. -----

-----Em síntese referiu que 2005 foi um ano de consolidação financeira e que 2002 a 2005 foi um ciclo de ouro de investimentos em período de crise e que se traduz no que as pessoas têm dito “na rua”, ou seja, que provavelmente durante o mandato transacto se fez tanta obra quanto a que estava programada durante os outros anos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

anteriores e, embora com recurso a fundo comunitários, não pode deixar de ser conclusivo que houve uma política agressiva de investimentos, obedecendo a uma estratégia: três eixos estratégicos, uma estrutura de base, acessibilidades e emprego, equipamentos sociais e qualidade de vida, com investimentos executados e pagos (8.000.000,00 euros para as infra-estruturas, 4.000.000,00 euros para as acessibilidades e emprego, 13.000.000,00 euros para os equipamentos sociais e para a qualidade de vida).-----

-----Disse que as obras referidas tiveram que ser feitas, aproveitando o momento económico e o quadro comunitário e acrescentou que não se arrependia minimamente da política agressiva de investimentos levada a cabo. Referiu, também que a administração central tinha sido um parceiro durante o mandato transacto, em diferentes áreas -----

-----Por fim, concluiu que também em 2005 se foi notório o planeamento que fizeram, com projectos diversos, desde novas sedes para os centros comunitários, sócio-culturais, novas sedes para as áreas desportivas, a nova biblioteca municipal, o pavilhão desportivo municipal, os projectos na área das margens ribeirinhas, os *ciclodiques*, áreas de localização empresarial e acrescentou que parte desses projectos foram pagos em 2005 e outra parte ficou por pagar, mas também faz parte do planeamento.-----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Começou por salientar que o Relatório e Contas de 2005 era um documento onde constava a realidade “nua e crua” do que se fazia na Câmara ao longo do ano. Disse que aquele relatório não se reportava ao mandato, mas ao ano de 2005 e que o mandato já tinha sido “julgado” em Outubro e, portanto, não havia mais nada a dizer sobre o mesmo. -----

-----Todavia, referiu que existia uma análise económica e financeira e de gestão, bem como, um conjunto de indicadores que tinham que ser discutidos e aprovados na assembleia municipal, pelo que a sua intervenção não iria ser dirigida à Câmara Municipal, mas sobretudo dirigida à Assembleia Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Disse que tinham preparado alguns slides onde foram “descascados” um conjunto de números que, na sua óptica, permitem analisar o que foi feito ao longo de 2005 e comparar as execuções dos anos transactos. -----

-----De seguida, começou por salientar que o contexto para aquelas contas era claro aos olhos de toda a gente: o quadro comunitário de apoio está praticamente concluído, não há praticamente verbas que ainda se consigam ir buscar ao quadro comunitário de apoio e existe, também, o problema das finanças locais, que vem desde 2002, e que também limita a capacidade financeira dos municípios. -----

-----Disse que o Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, tinha desvalorizado os dados relativos à situação económica e financeira, mas o resultado líquido é negativo (de cerca de um milhão e meio de euros) e acrescentou que se associassem o que transitou de 2004, que eram quase dois milhões de euros positivos, se chega facilmente à conclusão que a quebra de resultados de 2004 e 2005 são cerca de três milhões e meio de euros. -----

-----Relativamente aos indicadores económico-financeiros disse que a estabilidade da autonomia financeira é uma ficção: em 2002 era de 51%, subiu em 2004 e em 2005 caiu para 35%. Por outro lado, todos os indicadores que têm a ver com a rentabilidade e com a operacionalidade do município têm valores negativos, com um percurso, desde 2002, quase sempre descendente. -----

-----Remeteu para a página 4 dos *slides*, onde constam “as principais rubricas de capital”, em que se pode ler o investimento. A este respeito referiu que em 2000 tinham um valor total de cerca de três milhões e oitocentos mil, que se compara com um valor de dois milhões e quinhentos mil no final de 2005, e se verificassem todos os anos seguintes iriam constatar que o investimento em 2005 foi o mais baixo desde 1999. -----

-----De seguida referiu que da página 5 constava um quadro com as dívidas da Câmara, nomeadamente, os empréstimos e onde se pode verificar que em 2000 a Câmara tinha um endividamento na base dos dois mil e quinhentos milhões de euros e em 2005 a Câmara tinha nove milhões e trezentos mil euros de empréstimos obtidos. Nas dívidas a terceiros (fornecedores) verifica-se que se partiu de uma base de um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

milhão e duzentos mil, para se chegar a nove milhões e duzentos mil em 2005, pelo que, concluiu que a Câmara multiplicou o seu endividamento por cinco.-----

-----Acrescentou que se pretendessem fazer uma comparação entre o endividamento da Câmara e o reflexo no investimento, da análise do slide da página 6, verifica-se que o investimento não evoluiu ao mesmo ritmo que o endividamento. Disse também que os fornecedores eram os principais prejudicados relativamente às dívidas da Câmara, pois recebem cada vez mais tarde.-----

-----No que respeita aos compromissos assumidos, disse que se verificassem os compromissos assumidos em 2003, 2004 e 2005, concluiriam que os mesmos foram sempre aumentando e, por outro lado, foram deixados compromissos para pagar no ano seguinte. Referiu que o teórico sobreaquecimento do investimento não era mais do que despesa descontrolada e que se o património da Câmara Municipal fosse vendido não chegava para pagar as dívidas da mesma.-----

-----Remeteu para o quadro da página 10 dos *slides*, onde constam os projectos co-financiados pela União Europeia e concretizados em 2004 e referiu que em 2004 se concretizaram 1.314.000,00 euros e em 2005 apenas 162.170,00 euros, mas que o que tinha constado do orçamento é que se estimava que os projectos com origem nos fundos europeus fossem quase 5.000.000,00 euros. Acrescentou que a Câmara, para este ano, que é o ano final do quadro comunitário de apoio, em vez de estimar para projectos co-financiados um montante inferior, ainda aumentou esse volume para 15.000.000,00 euros.-----

-----Referiu as despesas com horas extraordinárias e disse que em 2005 se pagaram mais de 350.000,00 euros com horas extraordinárias e que, comparativamente a 2002, se estava a atingir o dobro do valor das horas extraordinárias. Acrescentou que a Câmara paga por dia quase duzentos contos de horas extraordinárias e por mês quase seis mil contos e, mesmo assim, entre 2004 e 2005 passou a ter mais 45 colaboradores. Disse ainda que, verificando o aumento das horas extraordinárias e o aumento de colaboradores, não se compreende como os níveis de produtividade baixam desde 2001.-----

-----No que respeita às despesas com publicidade, referiu que no relatório está a concretização da despesa paga de 210.000,00 euros e a que transita de 2005 para 2006

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

são mais 200.000,00 euros e, portanto, em 2005 a Câmara Municipal comprometeu-se com despesas de publicidade com um valor superior a 400.000,00 euros. Neste sentido, perguntou se um município com a dimensão do Cartaxo se podia dar ao luxo de gastar oitenta mil contos em publicidade. -----

-----Acrescentou ainda que o investimento é feito sem rigor e que a contenção da despesa corrente é um mito e disse que acreditava seriamente que a Câmara Municipal está a caminhar para uma situação financeira muito complicada e que, mais tarde ou mais cedo, irá ficar muito parecida com a Câmara de Santarém, à sua proporção. Disse, também que o problema não seria grave se não houvesse um conjunto de investimentos que eram necessários fazer: as áreas de localização empresarial no Falcão e em Pontével, a biblioteca municipal, o reordenamento do campo da feira, um conjunto de sedes para colectividades e associações do concelho, a quinta de Santa Eulália, a reconversão e reordenamento da área da Ribeira do Cartaxo. -

-----Neste contexto, referiu que comprometidos com dois milhões de contos para o próximo ano, em facturas que não foram pagas em 2005, com o quadro comunitário de apoio a acabar, com a Lei das Finanças Locais no estado em que está, com a situação em que está o lado das receitas correntes, na sua opinião não era um cenário muito optimista e concluiu dizendo que o seu voto iria ser contra o Relatório e Contas da Câmara de 2005. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Começou por dizer que, nalguns pontos, a sua análise era coincidente com a análise feita pelo Dr. Vasco Cunha, mas que de qualquer forma gostaria de colocar duas questões ao Executivo Camarário. -----

-----Em primeiro lugar perguntou se o Executivo Camarário tem analisado quais os valores das derrapagens financeiras das obras públicas do ano de 2005 (no caso de existirem), o porquê dessas derrapagens e a quem se devem atribuir responsabilidades. -----

-----Por outro lado, disse que gostaria de ser esclarecido relativamente à renegociação das dívidas a curto prazo, ou seja, se podem ou não ser renegociadas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que a CDU tinha feito uma análise global dos dois documentos (relatório e contas).-----

-----Disse que tinham vindo para apreciação da assembleia os documentos referentes ao ano de 2005 do relatório de actividades e conta de gerência do município do Cartaxo conforme o estipulado pela Lei n.º 169/99, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, para aferir a qualidade da gestão municipal de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo POCAL, abrangendo uma multiplicidade de informação, plano de intenções, gastos e recebimentos e outros assuntos da gestão municipal. Salientou a qualidade e aspecto do relatório. -----

-----De seguida começou por referir o relatório de gestão 2005, na vertente do seu conteúdo e deu como exemplo a página 11, onde consta a análise de emprego e de evolução do efectivo por tipo de vínculo. Disse que se reconhece que o número de colaboradores tem vindo a aumentar, registando-se, em 2002, um acréscimo de 21,82% e em relação a 2005 mais 12,22%, aumentando assim o quadro de pessoal e consequentemente as despesas correntes. Acrescentou que em 2005 se registaram 103 admissões nos vários tipos de contratos, o que resulta no total dos 4 anos em 341 entradas para 249 saídas, o que traduz uma grande mobilidade de pessoal. -----

-----Relativamente à estrutura de pessoal por sexos, perguntou a razão para se encontrar só pessoal masculino nos bombeiros e neste sentido questionou se o quadro de pessoal não tem estruturas para elementos femininos, ou não tem havido motivações suficientes por parte das eventuais interessadas. -----

-----No campo do absentismo, referiu que o gráfico das ausências merecia uma leitura mais demorada e que o que se realça são as faltas por doença, que contribuem com 65,7% para o total do absentismo. Esta média dá qualquer coisa como 27 dias/ano por cada trabalhador da Câmara Municipal.-----

-----De seguida disse que, nas listagens, a média dos acidentes de serviço dá, aproximadamente, 2 dias e meio/ ano por cada trabalhador. Questionou se a Câmara não deveria ter um sector de segurança no trabalho, onde a medicina no trabalho tivesse um papel preventivo a desempenhar? -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----No que respeita à cooperação com as freguesias referiu que estas estão transformadas em prestadoras de serviços e questionou se, para além dos montantes pagos, não deveriam ser compensadas pelos serviços prestados. Acrescentou também que com a chegada do SIMPLEX, as pessoas se vão dirigir às juntas de freguesias, pois nem todas têm computador, ou não o sabem utilizar, pelo que, as juntas vão ser transformadas em lojas do cidadão.-----

-----No que diz respeito à situação económico-financeira, referiu que o resultado líquido do exercício foi negativo, na ordem de 1.467.975,64 euros e que se em 2004 o resultado tinha sido positivo, se verifica que de um ano para o outro houve uma quebra na ordem de 3.430.526,23 euros. Acrescentou que nem tudo foi pago no ano de 2005 e nem todos os compromissos assumidos para aquele tempo foram efectuados, pelo que se contabiliza em pagamentos por efectuar em 2005 e que transitam para 2006 um valor estimado em 10.651.425,20 euros. Disse também que as dívidas a terceiros no final do ano se estimavam em mais de 100.000,00 euros. -----

-----Relativamente às demonstrações financeiras, referiu ainda que o Cine-teatro Ribatejo e o terreno do Cine-teatro Ribatejo (página 13) não deveriam constar do exercício de 2005 e acrescentou que, segundo lhe parecia, o antigo posto da GNR, (edifício e terreno) está valorizado acima do seu valor.-----

-----Em conclusão disse que a situação financeira do Município do Cartaxo não criava expectativas animadoras e que deviam ser repensados os processos de gestão, eliminando as despesas e fixando objectivos. Referiu que as autarquias não têm sido respeitadas pelos governos com a aplicação da lei das finanças locais e que, segundo tem lido na imprensa, as Câmaras irão ter que reflectir seriamente nas suas contas, incluindo as realidades financeiras e patrimoniais de todas as empresas municipais em que participam, pois poderão vir a ser obrigadas a submeter as suas contas a um revisor oficial de contas. -----

-----Por fim disse que, na sua opinião, é tempo de planear com rigor e redefinir o rumo que se pretende para o concelho, sem grandes espaventos, e referiu que a CDU estava disponível para colaborar com a autarquia na discussão política e frontal daquele rumo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----SENHOR DEPUTADO JOÃO ALMAS -----

-----Leu a seguinte declaração do PS: -----

-----“Um mandato histórico (2002-2005)-----

-----Ciclo de ouro de Investimentos: 65 milhões de euros -----

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera esta prestação de contas a última etapa de um mandato histórico, em que 2005 foi o culminar de um ciclo de ouro do Município, em que o investimento pago desde 2002 atingiu 25 milhões de euros (ao qual acresceu 40 milhões de euros de investimento da Administração Central). -----

-----Considerando o contexto de grave recessão e de sujeição a várias restrições impostas pela Administração Central, a Câmara Municipal agiu em contraciclo, maximizando os investimentos em equipamentos sociais, culturais ascendendo a 13 milhões de euros. Não ascendo as infra-estruturas de base, as acessibilidades e emprego, em que o investimento atingiu respectivamente 8 e 4 milhões de euros.-----

-----É justificado o aumento do endividamento líquido pelos grandes investimentos realizados, maximizando o aproveitamento do QCAIII, (ainda assim o Município dispõe de uma capacidade de endividamento de 37,24% apesar da suspensão, nesta matéria, da Lei das Finanças Locais). -----

-----De salientar deste conjunto de investimentos obras fundamentais como o Nó de Acesso à A1; a Circular Urbana da Cidade; o Estádio Municipal; o Centro Cultural do Cartaxo; a sede da Sociedade Filarmónica Incrível Pontevelense; o Centro de Dia da Lapa e Valada; o Saneamento Básico; entre outros. -----

-----Destaca-se ainda o facto do desenvolvimento no Concelho do Cartaxo e dos investimentos terem sido realizados, de forma harmoniosa, em todas as Freguesias, sendo estas apoiadas activamente pelo Município, incluindo ainda as colectividades de todo o Concelho. -----

-----Uma forte e intensa cooperação com as Freguesias do Concelho (com investimentos anuais descentralizados na ordem de 1 milhão de euros) tem sido uma das actividades mais relevantes e importantes da actividade Municipal nos últimos anos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----*Considera pois este Grupo Parlamentar que o Executivo Camarário fez do ano de 2005 um período de consolidação de investimentos estratégicos que fazem do Cartaxo um território competitivo e com qualidade de vida.*” -----

-----*Bem Hajam*-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Agradeceu a intervenção do Deputado João Soares e antes da votação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar alguns esclarecimentos sobre a Declaração apresentada.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Referiu que iria ser breve em relação às questões colocadas. Relativamente ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda disse que as dívidas de curto prazo eram todas partilhadas com a Administração Central, nomeadamente, com a Direcção-geral da Administração Local para se verificar como é que pode ser negociada ou renegociada a dívida, mas a partir do momento em que o fornecedor passa a factura essa dívida só por si, ao ser acordado uma forma de pagamento, ao ser instrumentalizado o *factoring* ou por qualquer outra forma, o pagamento dessa dívida, ela já está a ser negociada. Neste sentido, garantiu que a Câmara Municipal do Cartaxo tem agido dentro da lei e em conformidade com o que as várias instituições definem sobre essa matéria (Tribunal de Contas, Direcção-geral da Administração Local), com base nos pareceres e com análise jurídica prévia. Em relação a derrapagens financeiras referiu que a lei também era imperativa, as grandes empreitadas eram reguladas por instrumentos legais, 15% e depois 25% de trabalhos a mais que tinham que ser aprovados em reunião de Câmara, bem como, todas as derrapagens que existam sobre obras eram analisadas e definidas em Câmara ou dentro dos instrumentos legais que existam por quem tenha competência delegada para o efeito, o que tem sido cumprido sempre com a observância dos técnicos. Acrescentou que em termos de valores a Dr.^a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

Rute poderá facultar algumas obras, eventualmente, as maiores onde se pode espelhar o que foi a previsão inicial e as respectivas alterações orçamentais. -----

-----Referiu ainda que a sua avó tinha uma expressão que era: “A minha alma está parva” e, naquele dia, não a poderia deixar de a utilizar quando tinha sido qualificado, naquele órgão, uma brilhante intervenção do Dr. Vasco Cunha sobre o relatório de actividades financeiras da Autarquia. Como primeiro ponto, disse que, tinha sido bem referido pelo Dr. Vasco Cunha que a 9 de Outubro a maioria da população de forma significativa sufragou o “nosso” mandato, um mandato de grandes investimentos, um mandato de obra ao serviço da população, a consolidação de promessas existentes, que depois passaram a compromissos e a seguir a realidade efectiva, e na sua opinião, a população sufragou e reconheceu esse trabalho em prol de determinados objectivos que a população pretendia. -----

-----Reafirmou que estava pasmado com a *“incapacidade técnica para analisar determinadas realidades numéricas”* o que era compreensível uma vez que o Dr. Vasco Cunha não era da área económica e depois a *“insensibilidade social”* face à realidade de investimentos realizados e face às dinâmicas sociais existentes, como na área associativa, cultural, educativa e desportiva junto das populações das freguesias. --

-----Relativamente à parte numérica disse que, um amigo seu que, também, fazia parte do Executivo, o Dr. Pedro Ribeiro teve oportunidade de referir em juízo de contraposição à afirmação do Vereador do PSD de que *“havia uma falência da Autarquia”*, que o que existia era uma *“falência técnica da oposição”*. Acrescentou que, o Dr. Vasco Cunha tinha feito uma análise objectiva dos números das rubricas da despesa porque era através dessas rubricas que se gastava o dinheiro dos contribuintes mas o Dr. Vasco Cunha e a oposição nunca consideraram, e aí estava o seu *“erro”*, o peso relativo de cada uma dessas rubricas, nem as despesas com o pessoal, nem as horas extraordinárias, nem as aquisições de bens e serviços, nem qualquer outro tipo de despesas correntes pois, da análise que fez rubrica por rubrica, nem uma única vez considerou que o “nosso” concelho em 1999 ou 2002 estava totalmente diferente daquilo que era o concelho hoje, com novos equipamentos, novas dinâmicas, com o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

crescimento das despesas a nível corrente como por exemplo lixos e o crescimento dos espaços verdes. -----

-----De 2000 para 2006, o concelho mudou e o Dr. Vasco Cunha tinha confundido a realidade orçamental com a realidade evolutiva e nem uma única vez tinha feito referência ao peso relativo dessas rubricas, pelo que, podia acrescentar que de 2000 para 2005 as despesas com o pessoal decresceram 12%, as aquisições com serviços decresceram 6%, ao outros encargos financeiros, também, tinham decrescido comparativamente ao peso da economia autárquica, local e do município a crescer e aqui estava a falácia da oposição pois, confunde a análise orçamental com a análise evolutiva ano após ano e nunca considera que o concelho do Cartaxo hoje, não é o mesmo que era há uns anos atrás porque se o fizesse em números, tecnicamente, de forma válida e objectiva, via que a Câmara empregou mais pessoas que eram necessárias para servir a população do concelho que também estava a crescer, mas a análise a ser feita devia ter em conta o serviço prestado à população nas diferentes áreas de trabalho. Reafirmou que esta análise numérica reflectia a “falência técnica” da oposição. -----

-----Referiu ainda que, não eram apenas os números que consubstanciavam a actividade autárquica em 2005, nem no mandato pois, o investimento não se esgotava nos números mas sim na satisfação de interesses da população, apesar de, o Dr. Vasco Cunha no final do seu discurso ter feito alusão a um conjunto de investimentos mas, não referiu nenhum projecto alternativo ao que tem sido o projecto do Partido Socialista nos últimos anos. Acrescentou que, quando entrou para a Autarquia, ainda, como Vereador falava-se muito na Praça de Touros, no Centro de Convívio, no ATL de Valada, no ATL da Lapa, nos acessos à auto-estrada mas, actualmente já não se falava neles pois, felizmente, já estavam feitos, na sua opinião, a “*insensibilidade social*” para além da “*incorrecção técnica dos números*” era total, por isso, considerava que o julgamento da população a nove de Outubro tinha sido bom pois, o PSD não tinha sensibilidade social e mais uma vez o demonstrava porque não tinha projectos estratégicos e estruturantes de investimento e de dinâmica social para o concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Disse que lamentava o que iria dizer mas, em relação à bancada da CDU, considerava que tinham ido “*na onda*” da classificada “*brilhante intervenção*” do Dr. Vasco Cunha o que compreendia afinal tinham que fazer oposição. Acrescentou que algumas das notas que tinham apresentado pareciam-lhe correctas mas, o Dr. Ricardo Portela poderia expor tecnicamente uma ou outra alusão em termos de rubricas patrimoniais e referiu que tinha ficado surpreendido, também, pela “*insensibilidade social*”, pois tinha sido feita alusão ao crescimento do emprego mas, não tinha sido uma valorização como esperava pela parte da CDU de que “*eles*” tinham feito esse crescimento de emprego numa altura muito difícil para a economia local pois, muitas vezes, as pessoas se dirigiam ao seu gabinete a pedir emprego porque havia empresas na falência e outras em situações muito complicadas.-----

-----Referiu que já esperava a “*insensibilidade social*” existir da bancada do PSD mas, da bancada da CDU não fazer uma alusão positiva e valorativa ao crescimento do emprego nos últimos anos. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Começou a sua intervenção referindo que não tinha a capacidade oratória e técnica do seu companheiro de bancada, o Dr. Vasco Cunha, mas existiam algumas “coisas” que lhe causavam alguma perplexidade. -----

-----Dirigindo-se ao Senhor Presidente, disse que, na apresentação do documento tinha referido que a maior parte das dívidas a terceiros eram a empreiteiros o que segundo a análise que a própria tinha feito lhe parecia ser verdade mas, nessa análise também constatou que alguns dos projectos estavam identificados no documento, alguns eram do seu conhecimento da altura em que fez parte do Executivo e que os reconhecia como investimento e como obras, no entanto, existia uma adjudicação de obra que não se lembrava de ter passado pelo Executivo Camarário, pelo que, gostava que lhe pudesse ser esclarecido por escrito quais as obras adjudicadas à Sociedade de Construções “Vale de Ossos” porque tinha uma verba de quatrocentos mil euros em dívida a trinta e um Dezembro de 2005. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Referiu que não ia defender o Dr. Vasco Cunha porque ele não precisava de advogado, mas que ia responder ao Senhor Presidente quando afirmou que o PSD tinha “*insensibilidade social*” pois, na sua opinião, “*insensibilidade social*” era a Câmara Municipal ter em dívida determinados valores perante determinadas empresas do concelho o que dificultava a gestão das mesmas e poderia impedi-las de seguir em frente e fez referência à empresa Gecolix a quem a Câmara tem uma dívida de quatrocentos e vinte mil euros. Acrescentou que esta situação era grave e de “*insensibilidade social*”, a Câmara mandar fazer obras sem as poder pagar era “*insensibilidade social*”, e que diria mais, pois não chamaria a esta situação de “*insensibilidade social*” mas, sim outro nome que não lhe era permitido dizer pois, parafraseando o Deputado José Gameiro não queria faltar ao respeito aquele órgão.-----

-----Relativamente ao aumento qualitativo que o concelho teve e que o Senhor Presidente usa como argumento para o crescimento do pessoal e das despesas correntes da Câmara disse que, na sua opinião, só existia um equipamento, o “Cine-Teatro” em que se podia justificar um aumento de pessoal.-----

-----Quanto à questão da limpeza dos jardins da Quinta das Correias referiu que há cerca de dois ou três anos quando ainda estava no Executivo a propósito do número de jardineiros que a Câmara Municipal empregava, o Dr. Pedro Ribeiro tinha dito que só para a Quinta das Correias tinha contratado cinco jardineiros, ora se só para aquele sitio existiam cinco jardineiros e aquele espaço encontrava-se no estado que todos bem conheciam, se calhar o problema não era do aumento de equipamentos que a Câmara tinha que administrar mas, da falta de qualidade de gestão.-----

-----Referindo-se, mais uma vez, à “*insensibilidade social*” salientou que as colectividades e outras instituições, o ano passado, nem sequer tinham recebido a totalidade das verbas que estavam protocoladas, assim como, as freguesias, pelo que, não entendia onde é que estava a sensibilidade social do Senhor Presidente e que devia ser um problema que tinha, não de “*engenharia financeira*” mas sim, de “*releitura em viés*” do documento.-----

-----Em relação à afirmação feita pelo Senhor Presidente de que existiam pessoas que se dirigiam ao seu gabinete a pedir emprego porque havia empresas na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

falência e outras em situações muito complicadas, disse que, a última que ouviu tinha sido de uma pessoa que tinha entrado para a Câmara porque era militante do Partido Socialista há cerca de trinta anos e que estava lá por mérito próprio e não pela falência da empresa empregadora mas que esta já era outra questão pois, ou entravam para funcionários porque eram militantes do PS, ou porque as empresas estavam em falência, o Senhor Presidente devia ter um dia-a-dia muito atarefado e assim percebia que não conseguisse fazer uma leitura e uma gestão adequada do Município. -----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Disse que ia fazer a sua intervenção de pé para fazer uma homenagem ao estado de alma do Senhor Presidente e ainda, apelando para aproveitar estes dias para passar na Festa do Vinho “*para lavar o seu estado de alma*” pois, parece-lhe que não está a passar por um período de grande fulgor.-----

-----Recordou que na intervenção que fez, tinha dito que as contas estavam feitas e aprovadas, em Câmara Municipal, pela maioria do Partido Socialista e que não ia entrar em contraditório com o Senhor Presidente da Câmara mas sim, fazer uma intervenção para a Assembleia Municipal. Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara se tinha sentido incomodado com a sua intervenção e resolveu trocar alguns argumentos sobre esta matéria e que ainda bem que o tinha feito porque gostava de trocar argumentos com o Senhor Presidente pois, tinha-o feito durante quatro anos no Executivo Camarário e que tinha muito gosto em fazê-lo porque o Senhor Presidente não tinha contestado um único argumento, nem “pegou” num único número que tivesse sido apresentado para o contestar, não negou que o endividamento tivesse crescido e que cresceu mais que o investimento, que o investimento de dois mil e cinco é inferior ao de dois mil e seis, não disse que a publicidade paga e não paga equivalia a oitenta mil contos, não disse que as horas extraordinárias cresciam, que a produtividade baixava apesar de, existirem mais trabalhadores na Câmara, mas que tinha dito que as eleições se tinham realizado a nove de Outubro, o que era verdade, os resultados eram conhecidos e a expressão daquela Assembleia era o resultado daquele dia, e referiu que conhecia muita gente que andou sempre a ganhar eleições mas que tinha perdido a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

razão a partir de certa altura, pelo que, era bom que o Senhor Presidente se começasse a convencer que apesar de, alguma arrogância que vinha por detrás dessas intervenções que o Senhor Presidente não tinha toda a razão e que, falando em nome da bancada do PSD, devia perceber que os que estavam daquele lado não tinham necessariamente que concordar com ele porque, muitas vezes o Senhor Presidente tinha bons argumentos, e aí, o PSD concordava tanto na Câmara como na Assembleia Municipal, mas outras vezes eram demasiado maus. -----

-----Referiu que, na sua opinião, se os argumentos podiam ser importantes a execução que demonstrava aquele documento era demasiado má e atendendo à análise dos indicadores, o Senhor Presidente, devia ver na acta de quatro de Abril qual o valor dado ao Executivo Municipal para a capacidade de endividamento da Câmara e comparar com a que está reflectida na conta de gerência para verificar quem trabalha com os números do endividamento, quem é que diz o que quer com os números do endividamento e depois, quem é que tem a certeza quando fala sobre números. -----

-----Dirigindo-se ao Senhor Presidente referiu que aquele tinha feito uma referência “*simpática*” ao facto de não ser economista mas, na sua opinião, o que os economistas tinham de bom era fazerem as suas previsões mas o que tinham de mau era que, muitas vezes, se enganavam nas previsões e o Senhor Presidente sendo economista tinha aquela dupla faceta, fazia muitas previsões mas, depois, em termos de concretização o resultado era aquele relatório de contas que tinham à frente, pelo que, não se envergonhava da sua formação profissional e recordou que ambos tinham origem na mesma área profissional na banca e na área internacional com uma pequena diferença, que gostava de sublinhar, ele próprio trabalhava na maior empresa da área financeira privada do país e o Senhor Presidente trabalhava numa pequena financeira do país na mesma área e no mesmo sector, portanto, estando a falar de dados não queria crer que da primeira classe até à quarta classe não lhes tivessem ensinado a ambos aritmética, matemática e outras matérias, e que o Senhor Presidente tivesse um condão especial para analisar números que todos os outros que ali estavam naquela sala fossem incapazes porque não tinham formação para o fazer.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Por fim, referiu que, o discurso do Senhor Presidente até era capaz de cair bem nalgumas sedes partidárias mas não lhe parece que tenha caído bem para o caso do Senhor Presidente pois também lhe parece que os sucessos nos seus discursos partidários não têm sido muito “por aí a além” mas, na Assembleia Municipal cada um era livre de pensar o que pensava e de o expressar. Acrescentou que a última coisa que lhe queria dizer era que conhecia muitos conselhos de administração de empresas que por resultados um bocadinho melhores que aqueles foram despedidos e, felizmente, viviam em democracia e estavam a analisar as contas de uma Câmara Municipal e não havia despedimentos, os leitores podiam fazer a avaliação do mandato de quatro em quatro anos e, infelizmente, para si e, felizmente, para o Senhor Presidente iria continuar mais três anos à frente da Câmara a fazer o resultado que se conhecia. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO**-----

-----Começou a sua intervenção por referir que a CDU não concordava com as palavras depreciativas do Senhor Presidente da Câmara nomeadamente na questão da “*insensibilidade social*” e lamentou a incorrecta deselegância das suas palavras porque não eram claras, ou seja, não demonstrava o tipo de trabalhadores admitidos ou o gasto com esses trabalhadores. Acrescentou que tinham ouvido o Senhor Deputado Elias dizer que era militar, reformado, pelo que, gostaria de saber quanto é que ganha como trabalhador da Câmara, isto para terem uma avaliação do número de trabalhadores e do peso específico de gastos desses trabalhadores porque já viram ordens de pagamentos em que, por exemplo, pessoas que tinham outros trabalhos e outras profissões estavam ao serviço da Câmara Municipal a ganhar perto de três mil euros quase tanto como se calhar o número eventual que o Senhor Presidente podia admitir para outros serviços necessários à Autarquia.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Dirigiu-se à Senhora Deputada Luísa Pato e afirmou ser falso que existissem colectividades ou freguesias que tivessem dinheiro de dois mil e cinco por receber pois tinha-o confirmado com a Dr.^a Rute e acrescentou que se fosse seguida a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

política do PSD, provavelmente, não tinham tido o dinheiro que tiveram à disposição nos últimos anos. -----

-----Em relação ao Dr. Vasco Cunha, referiu que, devia ter consciência que não o quis afectar em nada, nem minimizá-lo em nada, pois tinha muito respeito por si e tinha notado uma forma sentida e não foi sua intenção minimizá-lo e acrescentou que tal como de pé tinha feito o registo, a homenagem, do seu estado de alma, ao vê-lo de pé também tinham descoberto um pouco a sua verdadeira vocação o “*stand-up comedy*”. -----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Referiu que, de seguida, iriam passar à votação o Relatório de Actividades e Contas de Gerência da Câmara Municipal do Cartaxo referente ao ano de 2005. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Relatório de Actividades e Contas de Gerência da Câmara Municipal do Cartaxo referente ao ano de 2005 – com 16 votos a favor do grupo do PS, 5 votos contra do grupo do PSD, 3 abstenções do grupo da CDU e 1 voto contra do BE.-----

PONTO N.º 3 – “PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL” COM OS MUNICIPIOS DO CARTAXO, RIO MAIOR, SANTARÉM E TCN PROPERTY PROJECTS PORTUGAL, S.A.-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Informou que iam passar à discussão e aprovação do ponto três da ordem de trabalhos e de seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Referiu que os três municípios Cartaxo, Santarém e Rio Maior em conjunto com um parceiro privado a TCN entenderam desenvolver a criação de uma sociedade de desenvolvimento regional para aproveitar um conjunto de investimentos relacionado com o próximo quadro comunitário de apoio e investimentos relacionados com a proximidade geográfica da região de Lisboa e um conjunto de investimentos estruturantes parcerias público-privadas que podem ser potenciados. Acrescentou que aquele documento era um protocolo e um memorando de entendimento, não significava que não existissem mais municípios da lezíria ou do oeste a se juntar a esta criação da sociedade de desenvolvimento regional e que o objectivo comum era o de aproveitar o investimento estruturante da Ota que à partida tudo apontava para ser consolidado durante os próximos anos. -----

-----Neste sentido, disse que o Município do Cartaxo ia aproveitar a “*janela de oportunidades*” em conjunto com Santarém e Rio Maior, a criação de sinergias, criar uma dimensão qualitativa para se poder valorizar um conjunto de projectos, alguns deles inventariados por todos, publicamente conhecidos. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Sobre esta matéria referiu que tinha uma série de questões que o tinham deixado preocupado sobre uma empresa que não sabia o que era, quem representava, que capital social tinha, a que se propõe. O que sabia e, na sua opinião, “*escandalosamente*”, eram ecos vindos de alguns jornais nacionais, de “*blogs*” da Internet, que o deixavam muito preocupado, pelo que, de seguida ia fazer dar entrada na mesa um requerimento a pedir a informação detalhada sobre a empresa com quem se pretendia fazer um protocolo de entendimento pois, seguramente que o Senhor Presidente, iria esclarecer a Assembleia sobre aquelas informações. -----

-----Referiu ainda que, tinha visto denúncias num dos “*blogs*” sobre um negócio “*escuro*”, alvo de investigação policial entre uma empresa que se chama “*Demagre*” ligada à TCN e o Grupo Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

e que tinha sido possível, no mesmo dia, no mesmo cartório efectuar-se uma transacção, de um bem imóvel que tinha sido comprado por catorze virgula oito milhões de euros pela “Demagre” aos CTT e, posteriormente, foi vendido ao Grupo Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário por vinte milhões de euros, assim a empresa “Demagre” ligada à TCN tinha ganho no mesmo dia uma mais-valia de cinco milhões de euros.-----

-----Acrescentou que estava em fase de inquérito judicial contra um Deputado do Partido Socialista de Coimbra, o Senhor Vilar, na origem de uma notícia no semanário “Campeão das Províncias” segundo o qual aquele Senhor teria sido constituído arguido pela prática do crime de corrupção e tráfico de influência ligado ao grupo TCN. -----

-----Disse ainda que, na Guarda, onde o Grupo estava, em termos empresariais, a tentar estender os seus tentáculos de negócio, na Assembleia Municipal desde o líder da bancada parlamentar do PSD até aos deputados do CDS-PP todo um coro de protestos e de reclamações se levantaram sobre as obras que estavam planeadas na Guarda com base na tal Sociedade que ninguém sabe o que é, nem quem a representa, que capital tem e quais objectivos a que se propõe.-----

-----Referiu que o protocolo facultado era uma carta em branco porque não apontava objectivos, a não ser um estudo, não apontava finalidades. -----

-----De seguida questionou como é que se integrava nos grandes planos de investimento nacional – OTA e TGV e questionou no ponto três onde estava o programa para o quadro estratégico para dois mil e três. -----

-----Disse que a Câmara do Cartaxo, Rio Maior e Santarém estavam, supostamente, envolvidas e que o Dr. Moita Flores tinha dito numa entrevista que “isto” visava contornar alguma legislação para conseguir evitar alguns constrangimentos que estivessem inerentes ao projecto OTA e TGV, portanto, na sua opinião, iriam tentar contornar alguns obstáculos legais mas, como o iriam fazer, também, não se sabia.-----

-----Referiu que na Câmara de Coimbra havia problemas com o Vereador Marcelo Nuno que invocou eventual conflito de interesses e declinou tomar parte da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

discussão e votação, com Vítor Batista que, também, se ausentou da votação por ser membro com uma posição residual na Sociedade Mosteiro de São Jorge Construções Limitada, que tinha negócios com a “Demagre – TCN” portanto, no seu entendimento, existia uma “*tentacularidade*” perigosa e que tinha a documentação para consulta de quem se interessar. -----

-----De seguida leu um requerimento que iria dar entrada na mesa: -----

-----“*Dadas as notícias saídas nalguma imprensa e porque se pretende esclarecer toda a Assembleia, venho requerer junto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal informações sobre o capital social da empresa referida para o protocolo, os seus representantes legais, o seu histórico comercial e negocial. Essas informações estarão, seguramente, na posse do Senhor Presidente da Câmara*”.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JORGE MANUEL ROSA**-----

-----Cumprimentou todos os presentes e referiu que era a segunda vez que estava a fazer parte da Assembleia Municipal do Cartaxo que para quem não o conhecia era cartaxeiro há quarenta e sete anos, nascido e residente. -----

-----Sobre o protocolo de entendimento questionou sobre a “*promiscuidade*” referida pelo Senhor Deputado Colaço e sobre a tentativa de existência de um protocolo daqueles três Municípios com uma entidade privada quando já existia a CULT (Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo), uma organização que, também, tinha como finalidade criar uma associação de desenvolvimento municipal, pelo que, gostava de saber o porquê de só aparecerem aqueles três Municípios. -----

-----Por fim, acrescentou que o grupo parlamentar da CDU gostava de ter mais dados sobre a referida empresa TCN. -----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Informou que tinha dado entrada na mesa o requerimento do BE, pelo que, passariam de imediato à sua votação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o requerimento (informações sobre a empresa TCN), apresentado pelo Deputado do BE, Francisco Colaço, com 16 votos a favor do grupo PS, 5 votos a favor do grupo PSD, 3 abstenções do grupo da CDU e 1 voto a favor do BE.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO**-----

-----**Declaração de voto:** Referiu que se o requerimento pretendia o esclarecimento de determinados dados, não iriam de forma alguma impedir que esses elementos fossem dados ao colega da bancada do BE.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

----- **Declaração de voto:** Disse estar de acordo com a declaração de voto do colega José Gameiro mas, chamou a atenção que algumas das questões colocadas estavam respondidas no documento apresentado, nomeadamente, quanto ao capital social e os representantes da empresa e que o seu voto foi a favor no sentido de facilitar toda a informação para se efectuar uma votação clara.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Começou a sua intervenção por referir que o Senhor Deputado Francisco Colaço conhecia muito bem a TCN e até, mais do que qualquer um dos Presidentes de Câmara, que desconhecia por completo todas as questões suscitadas e que os juízos de valor feitos eram do Deputado Francisco Colaço. Acrescentou que, o que sabia era a informação que lhe tinha sido facultada e que de boa fé cada um dos três municípios criara aquela parceria porque entenderam que era positiva para o desenvolvimento dos concelhos e que, também, relevou a favor da parceria assim como da credibilidade da TCN o facto de estar relacionada com este governo, ou seja, a administração central ser conhecedora do projecto de parceria, de uma “*janela de oportunidade*”.-----

-----Reafirmou que o Deputado Francisco Colaço conhecia pequenos, grandes pormenores da TCN do que o próprio Presidente e, também, os colegas desconheciam, isto não obstante de facultarem toda a informação e, na sua opinião, estava em causa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

um bom protocolo de parceria entre três Municípios idóneos que têm à frente pessoas idóneas e a TCN tudo apontava para que fosse um parceiro válido. -----

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO MODESTO PEREIRA** -----

-----Pedi desculpa e disse que a votação da CDU tinha sido errada porque julgaram que estava em causa o protocolo TCN e não o requerimento da bancada do BE, pelo que, a votação do requerimento em causa era a favor e agradeceu que, se fosse possível, a votação fosse alterada. -----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Referiu que face ao engano na votação pela bancada da CDU se iria repetir a votação ao requerimento apresentado pela bancada do BE. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o requerimento (informações sobre a empresa TCN), apresentado pelo Deputado do BE, Francisco Colaço, com 16 votos a favor do grupo PS, 5 votos a favor do grupo PSD, 3 votos a favor do grupo da CDU e 1 voto a favor do BE. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO** -----

-----Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara referiu que, quando uma pessoa leva as suas funções a sério e se tinha que pronunciar sobre um determinado assunto, era normal que se tentasse informar e recolher informação, naquele caso concreto, tinha apenas escrito TCN no motor de busca “google” na Internet onde recolheu toda aquela informação, por isso, estranhava que o Senhor Presidente tivesse ficado pela informação que lhe deram e que não tivesse feito a sua própria pesquisa porque existiam colegas pelo país fora que estavam a ter problemas com a justiça devido ao tráfico de influências. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----No seu entendimento, a crer nas informações que saíram na imprensa e a crer nos negócios que tinham feito com o Grupo Espírito Santo – Imobiliária, aquela empresa não seria assim tão credível. -----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Referiu que iriam passar à votação do protocolo de entendimento sobre a criação de uma associação de desenvolvimento municipal com os municípios do Cartaxo, Rio Maior, Santarém e TCN Property Projects Portugal, S.A. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo de entendimento sobre a criação de uma associação de desenvolvimento municipal com os municípios do Cartaxo, Rio Maior, Santarém e TCN Property Projects Portugal, S.A. com 16 votos a favor do grupo PS, 5 votos a favor do grupo PSD, 3 abstenções do grupo da CDU e 1 voto contra do BE.-----

----- **SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO** -----

-----**Declaração de voto:** Justificou o voto a favor da bancada do PSD porque não passava de um protocolo de intenções a levar a efeito por quatro entidades, pelo que, quando fosse a discussão efectiva do protocolo, dos investimentos e dos estatutos, se o PSD considerar que é uma boa parceria, votará a favor, pois os investimentos públicos e privados para o concelho do Cartaxo eram bem-vindos por parte do PSD. ---

**PONTO N.º 4 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS INTERESSES DOS
UTENTES DO CONCELHO PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONCELHIA
DE SAÚDE**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Referiu que, apesar de, não terem falado com a bancada do PSD, a sugestão da bancada do PS seria convidar o Dr. Onofre, que não sabiam se estava ou não disponível para integrar aquele lugar na Comissão Concelhia de Saúde.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ONOFRE**-----

-----Disse que tinha graça porque tinha pensado no seu colega, Dr. Góis, exactamente para aquele cargo, na sua opinião, era uma pessoa óptima para o cargo, uma vez que, ele próprio já se encontrava numa comissão e tinha pouco tempo disponível pois, quando se comprometia com uma coisa gostava de se dedicar a ela e duas comissões eram demais para si, por isso, não aceitava.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Questionou se a pessoa tem que ser um membro efectivo da Assembleia ou se pode ser qualquer outro cidadão.-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Esclareceu que tinha que ser um representante da Assembleia, membro efectivo.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Começou por referir que considerava imprecisa a forma de eleição do representante dos interesses dos utentes do concelho para integrar a Comissão Concelhia de Saúde, por isso, não lhe parecia que aquele ponto da ordem de trabalhos estivesse correctamente explanado, na sua opinião, devia ser eleição do representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Concelhia de Saúde e neste contexto, o grupo do PSD gostaria de apresentar o nome da Dra. Hélia Baptista, que se disponibilizou para integrar a referida comissão, desde que houvesse consenso relativamente ao seu nome.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Sobre a eleição do membro para integrar a referida comissão disse que, uma vez que a proposta da bancada do PS já estava apresentada, se seria possível, o Senhor Presidente dar dois minutos à bancada do PS para decidirem qual seria a deliberação de voto.-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Informou que os trabalhos iriam ser interrompidos por dois minutos, apenas, e pediu para que não saíssem da sala.-----

-----Após a interrupção, informou que tinha dado entrada na mesa de uma proposta do Partido Socialista para a eleição do Dr. António Góis como representante dos utentes para integrar a Comissão Concelhia de Saúde.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, a eleição do Dr. António Góis como representante dos utentes do concelho para integrar a Comissão Concelhia de Saúde, com 20 votos a favor, 3 votos contra e 2 votos em Branco.-----

PONTO N.º 5 – ALARGAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Interveio para referir que, face à difícil situação económico-financeira e tendo em conta o regulamento aprovado no Concelho do Cartaxo para o funcionamento e horário dos estabelecimentos comerciais, foi apresentado em Câmara e aprovado por unanimidade o período de funcionamento dos estabelecimentos comerciais das 8.00h às 20.00h de Segunda a Sábado, incluindo a possibilidade de abertura à hora de almoço e, mediante pedido de autorização à Câmara Municipal, ao Domingo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Sobre este assunto referiu que estavam perante uma falta de sensibilidade social e perguntou ao Senhor Presidente quantas vezes se tinha reunido com as organizações sindicais no Cartaxo para debater o alargamento de horário, tal como fez com as organizações comerciais e patronais, e apresentou uma recomendação.-----

-----**PRIMEIRA SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO, SENHORA DEPUTADA ANA FONSECA E SILVA**-----

-----Leu a seguinte **recomendação apresentada pelo BE:**-----

-----*“Dado que os horários do comércio têm sido alargados e que por vezes as entidades patronais, na execução do seu alargamento, nem sempre cumprem a legislação laboral em vigor, para se poder, em fase de negociações com as entidades patronais, avaliar também do impacto desse alargamento, recomenda-se que a Câmara efectue reuniões bipartidas quer com a Associação dos Comerciantes quer com as Associações Sindicais do Sector, antes da aprovação desse alargamento.*-----

-----*Só assim se dá verdadeira ênfase a uma gestão destes assuntos equilibrada e com justiça.”*-----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Relativamente à recomendação apresentada, questionou se a aprovação da mesma significava que a Câmara Municipal teria que diligenciar um conjunto de reuniões antes da aprovação do alargamento do horário.-----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Disse que numa leitura literal poderia significar o que o Senhor Deputado Vasco Cunha tinha referido, mas que não invalidava que ao ser aprovado o alargamento de horário na Assembleia Municipal, a sua efectivação se faça só depois dessas reuniões terem sido realizadas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Alertou para o facto de que se a recomendação fosse votada favoravelmente, implicaria que quando tivessem que discutir o ponto da ordem de trabalhos, iriam ter que deliberar se entra imediatamente em vigor ou mais tarde. -----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Disse que estava de acordo com o que o Senhor Deputado Vasco Cunha tinha referido e entendia que se esta recomendação fosse votada favoravelmente não faria sentido votar o ponto n.º5 da ordem do dia. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Disse que, na sua opinião, não faria sentido aprovarem aquele ponto da ordem de trabalhos, com aplicação imediata e só depois serem ouvidas as associações sindicais.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Começou por dizer que o que estavam a aprovar era a possibilidade do alargamento do horário de trabalho, ou seja, a possibilidade de uma empresa poder dar mais trabalho e na leitura que a Câmara fez não estava sequer o incumprimento das leis do trabalho por parte dos empresários. O que estava a ser apresentado era, face à situação, a possibilidade dos comerciantes poderem dar mais trabalho/ trabalhar mais horas ou dar trabalho mais horas. -----

-----No que respeita ao cumprimento das leis de trabalho referiu que vingava na situação presente, na situação passada e na situação futura. -----

-----Salientou que, naturalmente, a Câmara entende que as superfícies comerciais devem respeitar as leis do trabalho e os trabalhadores, mas esta possibilidade de alargamento de horários não significa qualquer desrespeito. Disse que estava a fazer esta nota porque lhe parecia que a situação que foi colocada também pode vigorar hoje e, aliás, podia até estar a ser incumprida a lei do trabalho na situação actual. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----Reafirmou que a posição da Câmara foi unicamente na perspectiva de valorizar o trabalho face à situação actual e a possibilidade de fazer face à crise, não só para o empresário, mas também para dar mais trabalho.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ ARRUDA**-----

-----Relativamente a este assunto disse que seria importante votar a recomendação do BE e referiu que esta era uma forma do Senhor Deputado do BE estar a condicionar esta votação, porque existia a oportunidade da Assembleia vir a rejeitar a recomendação e, portanto, aquela discussão poderia ser feita no debate sobre a proposta em si.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO**-----

-----Relativamente à recomendação do BE, perguntou se das reuniões com as associações sindicais e associações comerciais iria sair um parecer vinculativo ou consultivo, pois isso não estava definido na referida recomendação. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Disse que aquela situação implicava uma alteração à vida das pessoas, pelo que, que era necessário ouvir ambas as partes e que as decisões não deveriam ser tomadas nas costas das pessoas.-----

-----No que respeita à questão suscitada pela Senhora Deputada Luísa Pato relativa ao possível resultado das reuniões, referiu que duas pessoas pensam melhor que uma e três pensam melhor que duas e que este assunto seria enriquecido se, paralelamente às reuniões com as associações de comerciantes do Cartaxo se encontrassem também, em conjunto ou em separado, com as associações sindicais dos trabalhadores do sector. -----

-----Disse que era de lamentar o facto de não se terem reunido com as associações sindicais, mas apenas com as entidades patronais.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO MODESTO PEREIRA**-----

-----Começou por dizer que até estava na dúvida da razão pela qual aquele ponto aparecia na ordem de trabalhos, uma vez que o horário já tinha sido implementado, discutido e aprovado pelo Executivo.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO FERNANDES**-----

-----Relativamente a este assunto, começou por referir que para ser feito um alargamento do horário de trabalho no comércio do concelho terá que passar pela Assembleia Municipal.-----

-----Disse, como exemplo, que tinha trabalhado numa empresa onde ultimamente o horário de funcionamento era das 6.00h às 23.00h e com o alargamento do horário de funcionamento os trabalhadores articularam também os seus horários de trabalho, uns saíam às 18.00h, outros às 14.00h e outros às 23.00h e os direitos dos trabalhadores não foram prejudicados. Acrescentou que era necessário que existisse sensibilidade dos empregadores para darem o que é devido aos trabalhadores.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, não aprovar a recomendação apresentada pelo BE sobre o alargamento dos horários do comércio, com 14 votos contra do PS, 1 abstenção do PS, 5 abstenções do PSD, 3 votos a favor da CDU, 1 voto a favor do BE-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO**-----

-----Começou por referir que quando existe em termos de contrato colectivo de trabalho, um acordo colectivo de trabalho para determinados sectores, normalmente numa das cláusulas indica o horário de funcionamento, mas, para além disto, quem rege o horário de funcionamento dos estabelecimentos é a Câmara Municipal e, portanto, são coisas distintas. Uma coisa são os acordos que se fazem entre trabalhadores e entidades empregadoras e outra coisa é o horário de funcionamento e abertura ao público dos estabelecimentos, que compete às respectivas Câmaras Municipais.-----

-----Por outro lado, salientou que não compete à Câmara fiscalizar o cumprimento do horário de trabalho e das leis laborais, mas às entidades competentes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

para tal, ou seja, tratam-se de assuntos distintos e daí a sua abstenção na votação da recomendação do BE.-----

-----Disse que o ideal seria que todos fossem ouvidos (os representantes dos trabalhadores e os representantes dos empresários) para se chegar a um consenso final, mas são assuntos perfeitamente distintos: uma coisa são os horários de trabalho dos trabalhadores abrangidos pela lei laboral e outra coisa são os horários de funcionamento dos estabelecimentos que compete à Câmara Municipal decidir.-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO REIS**-----

-----Interveio para fazer um ponto de ordem à Mesa e disse que a convocatória tinha uma imprecisão, pois não referia “apresentação e votação do alargamento dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos comerciais”, mas apenas “alargamento dos períodos de abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais”, pelo que deveria constar na ordem de trabalhos que aquele assunto iria ser sujeito a deliberação.-----

-----**SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO PÊGO**-----

-----Começou por dizer que o seu pai tem uma mercearia onde trabalha há cerca de 50 anos e já por mais do que uma vez foi abordado pela GNR, por abrir ao Domingo, ao que aquele respondia que era uma sucursal do Intermarché.-----

-----Neste sentido referiu que, no seu entendimento, a Câmara estava unicamente a cancelar uma situação que já existia.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o alargamento dos períodos de abertura e funcionamentos dos estabelecimentos comerciais – com 15 votos a favor do PS, 5 votos a favor do PSD, 3 votos contra da CDU e 1 voto contra do BE. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

-----**SENHOR DEPUTADO FRANCISCO COLAÇO**-----

-----Fez a seguinte declaração de voto:-----

-----Disse que o seu voto contra era pela metodologia utilizada em que se tomou uma decisão ouvindo só uma das partes.-----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA**-----

-----Relativamente ao ponto n.º5 da ordem de trabalhos, referiu que, na sua opinião, valeria a pena uma solução de compromisso, uma vez que uma das partes não foi auscultada e, portanto, ninguém sabe qual o sentimento generalizado entre os trabalhadores. Referiu as empresas associadas da Associação Comercial do Cartaxo podem exprimir a sua opinião na Associação, mas também existem muitas empresas que não são associadas e que não têm voz.-----

-----Neste contexto, propôs que a Câmara, periodicamente, fosse tomando nota do que se passa relativamente à questão do período de funcionamento dos estabelecimentos, sem prejuízo de os grupos parlamentares também poderem dar a sua opinião, periodicamente, relativamente à posição que foi tomada e ainda, em última instância reanalisar os horários aprovados.-----

-----**PRIMEIRO SECRETÁRIO E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO –
SENHOR FERNANDO SANTOS**-----

-----Informou que no dia seguinte iria ter lugar um seminário sobre o tema “O Papel dos Vinhos do Cartaxo na Marca Ribatejo”.-----

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta acta foram aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes, com excepção daquelas onde se faz menção expressa do contrário.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 6 DE 28/04/2006

ENCERRAMENTO – Terminada a ordem de trabalhos o Senhor Presidente em substituição dirigiu-se ao público, questionando se havia alguma intervenção. -----
-----E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente em substituição deu como encerrada a sessão quando eram 23 horas e dez minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Maria de Lourdes Ouro Martins Sardinha, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
